



Demonstrações Financeiras

Auditoria

Servcred Microbanco S.A.

do ano findo em 31 de Dezembro de 2025

SERVCREC MICROBANCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE	PÁGINAS
Informação Geral	2
Declaração de responsabilidade dos administradores	3
Relatório do Conselho de Administração	4 - 14
Relatório dos Auditores Independentes	15 - 19
Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral	20
Demonstração da posição financeira	21
Demonstração da variação no capital próprio	22
Demonstração de fluxos de caixa	23
Notas às demonstrações financeiras	24 – 85
Parecer do Fiscal Único	86 – 89
Anexos às demonstrações financeiras de acordo com Circular n° 3/SHC/2007	90 – 92

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Informação geral

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros de retalho
Administradores	Blessing Nyakubaya Dário Magide Mendes Liasse Luís Gamo Cumbana Mara Matias Mangane Sharon Bwanya
Endereço do Microbanco	Nr. 231, Av. Samora Machel Edifício da Rádio Moçambique Réis-do-chão Província de Lichinga Moçambique
Principais Bancos	Access Bank Mozambique S.A Banco Nacional de Investimentos, S.A Ecobank Moçambique S.A First National Bank Moçambique S.A
Auditores	KPMG Auditores e Consultores S.A. Rua 1223 Número 72C Bairro Central “C” Caixa Postal 2451 Maputo, Moçambique
Advogados do Microbanco	Dentons FLA Advogados Rua Frente de Libertação de Mozambique (ex-R. Pereira do Lago) n°224 Maputo, Moçambique
Conselho Fiscal	Nexia Mozambique Av. Marginal 9519,-2º Andar Super Marés Shopping Maputo, Mozambique
Número de registo do Microbanco	101922642

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Declaração de responsabilidade dos administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do ServCred Microbanco, S.A. (“o Microbanco”), que incluem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas materiais e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (Normas Contabilísticas NIRF®).

Os Administradores são também responsáveis pelos controlos internos que determinam serem necessários para a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema eficaz de gestão de riscos, bem como pelo cumprimento das leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

Os Administradores avaliaram a capacidade do Microbanco para continuar a operar em conformidade com o pressuposto de continuidade e não têm motivos para acreditar que o Microbanco não continuará a operar num futuro previsível.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do ServCred Microbanco, S.A., tal como identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril 2026 e são assinadas em seu nome por:



Sharon Bwanya
(Presidente do Conselho de Administração)



Blessing Nyakubaya
(Administrador-Delegado)

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem o prazer de submeter o seu relatório sobre as demonstrações financeiras do ServCred Microbanco, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório acompanha as demonstrações financeiras auditadas e apresenta uma visão geral do desempenho da Sociedade, das principais conquistas alcançadas e da sua orientação estratégica.

A. PERFIL DA EMPRESA SERVCRED

1. Constituição

O ServCred Microbanco, S.A. (“o Microbanco”) opera como um microbanco, com foco estratégico na concessão de crédito de retalho a clientes individuais. O Microbanco foi formalmente constituído em Moçambique em 31 de Janeiro de 2023 e tem a sua origem numa instituição de microcrédito estabelecida em Julho de 2019, a partir da qual evoluíram as atuais operações da Sociedade.

2. Natureza do negócio

O ServCred Microbanco é uma instituição prestadora de crédito de retalho e financiamento de impacto em Moçambique.

3. A nossa visão

A nossa visão é ser a instituição de crédito de eleição em Moçambique para aqueles que não têm acesso a serviços bancários.

Os nossos produtos têm como objetivo gerar um impacto positivo sobre os funcionários do Estado. Tiramos partido da nossa presença a nível nacional para disponibilizar crédito a mercados menos servidos.

4. Os nossos valores

Os três valores fundamentais que regem o ServCred Microbanco, S.A. são:

- Integridade;
- Energia; e
- Inteligência Adaptativa.

B. AMBIENTE OPERACIONAL DO NEGÓCIO EM 2025

O ambiente operacional do negócio em Moçambique durante 2025 manteve-se complexo e continuou a ser influenciado por uma combinação de fatores políticos, económicos, regulatórios, tecnológicos, ambientais, sociais e de governação.

- **Factores políticos:** O ambiente político em 2025 continuou a refletir os efeitos das eleições gerais de 2024, que foram seguidas por períodos de agitação pública e incerteza em determinadas partes do país. Embora a nova administração tenha assumido o compromisso com reformas económicas, melhorias na governação e promoção do investimento, o ambiente de negócios continuou a ser afetado pela perceção do risco político, particularmente no que respeita à implementação de

políticas e à situação de segurança nas regiões norte do país. Apesar destes desafios, a contínua atenção do Governo à infraestrutura, à promoção do investimento e a setores estratégicos como energia e serviços financeiros proporcionou uma base para a confiança empresarial a médio prazo.

- **Factores económicos:** O ambiente económico de Moçambique em 2025 manteve-se sob pressão, embora tenham sido observados sinais de recuperação gradual. O crescimento económico continuou a ser sustentado pelo setor extrativo, em particular pelo gás natural liquefeito (GNL), mineração e investimentos relacionados em infraestruturas. Contudo, a actividade económica interna permaneceu moderada em alguns setores, na sequência da desaceleração verificada no final de 2024 e início de 2025. A inflação manteve-se em níveis de um dígito, apoiada pelas medidas de política monetária do Banco de Moçambique e pela estabilidade cambial. Ainda assim, as empresas continuaram a enfrentar desafios decorrentes de restrições de liquidez em moeda estrangeira, pressões fiscais e do custo geral de fazer negócios.
- **Factores legais e regulatórios:** O quadro legal e regulatório continuou a evoluir em 2025, com reformas em curso destinadas ao reforço da governação corporativa, administração tributária, controlos de combate ao branqueamento de capitais, supervisão do setor financeiro e padrões de conformidade. As empresas foram obrigadas a manter atenção permanente às alterações nas regulamentações setoriais, requisitos de reporte e obrigações de conformidade emitidas pelas entidades reguladoras relevantes, incluindo o Banco de Moçambique, as autoridades fiscais e outros órgãos de supervisão. O foco contínuo na governação, transparência e gestão de risco permaneceu central no ambiente operacional.
- **Avanços tecnológicos e economia digital:** O avanço tecnológico e a transformação digital continuaram a desempenhar um papel cada vez mais importante no ambiente de negócios em Moçambique durante 2025. A contínua expansão do *mobile banking*, plataformas de pagamento digital, serviços fintech e iniciativas mais amplas de inclusão financeira contribuiu para o crescimento da economia digital. As empresas investiram crescentemente em canais digitais, cibersegurança, gestão de dados e automatização de processos para melhorar a eficiência operacional e a prestação de serviços ao cliente. Estes desenvolvimentos foram particularmente significativos nos setores dos serviços financeiros e telecomunicações.
- **Sustentabilidade ambiental:** As considerações ambientais, sociais e de governação (ESG) continuaram a ganhar relevância no panorama empresarial moçambicano. As empresas mantiveram foco crescente em iniciativas de sustentabilidade, gestão do risco climático, padrões de governação, transparência, conduta ética nos negócios e práticas corporativas responsáveis. Os riscos relacionados com o clima, incluindo ciclones, cheias e outros eventos meteorológicos extremos, continuaram a constituir considerações materiais para o planeamento estratégico e a resiliência operacional.
- **Factores sociais:** Os factores sociais continuaram a influenciar o ambiente operacional, em particular os elevados níveis de desemprego, pobreza, desigualdade de rendimentos e a necessidade contínua de maior inclusão financeira e participação económica. Estes fatores continuaram a afetar a procura dos consumidores, o risco de crédito, as condições do mercado de trabalho e o ambiente socioeconómico mais amplo no qual as empresas operam.

Não obstante as perturbações políticas que caracterizaram os primeiros meses do ano, o ServCred Microbanco, S.A. continuou a demonstrar resiliência operacional ao adaptar-se de forma proactiva a um ambiente de negócios em constante mudança. A ênfase do Microbanco na agilidade e flexibilidade estratégica reforçou a sua capacidade de responder à incerteza e manter-se competitivo.

C. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM 2025

O exercício financeiro de 2025 foi caracterizado por um forte enfoque estratégico em investimentos transformacionais destinados a ampliar a capacidade operacional do Microbanco e a suportar um crescimento sustentável. Em linha com esta estratégia, o Microbanco procedeu com sucesso à emissão de obrigações corporativas no montante total de MZN 830 milhões, entre os meses de Maio e Julho, tendo os respetivos recursos sido direcionados para a expansão das actividades de concessão de crédito.

Estas emissões obrigacionistas constituíram um marco de grande relevância para o ServCred, melhorando significativamente a sua liquidez e permitindo um rápido crescimento da carteira de crédito. A carteira bruta de crédito registou um crescimento de quase dez vezes em relação ao ano anterior, o que resultou num aumento substancial dos rendimentos de juros e posicionou o Microbanco para um desempenho robusto a partir de 2026.

Verificou-se igualmente uma expansão significativa da rede de agentes bancários, com vista a facilitar uma aplicação mais abrangente dos fundos captados através das emissões obrigacionistas. Esta expansão foi suportada por ações contínuas de formação e por processos permanentes de monitoria, orientados para a salvaguarda da qualidade da carteira de crédito e para a garantia de práticas sólidas de gestão de risco.

Importa salientar que o crescimento da carteira de crédito não teve impacto adverso na qualidade da mesma. À data do fecho do exercício, 98.12% da carteira de crédito permanecia classificada no *Stage 1*, enquanto os créditos não produtivos (NPLs) se mantiveram em 1.15%, demonstrando a eficácia dos processos de análise, concessão e monitoria do risco de crédito do Microbanco.

Durante o ano 2025, o Microbanco efetuou investimentos direcionados no recrutamento de quadros superiores, em resposta ao crescimento acelerado do negócio e ao esforço consciente de reforço dos mecanismos de conformidade e das estruturas de governação. Foram preenchidas posições-chave de liderança e operacionais, com o objetivo de sustentar a expansão estratégica do Microbanco e fortalecer a supervisão das suas actividades.

Por fim, o ServCred cumpriu integralmente todos os compromissos assumidos perante o mercado de capitais, reforçando a confiança na solidez financeira do Microbanco e no seu modelo operacional de geração de fluxos de caixa.

De forma geral, 2025 foi um ano altamente satisfatório para a actividade, representando um salto qualitativo significativo após a fase de entrada e posicionamento no mercado em 2024. O Conselho de Administração encara 2026 com otimismo, como o ano que consolidará uma rentabilidade sustentável, e manifesta a sua satisfação com o progresso e os resultados alcançados durante o exercício.

D. VISÃO GERAL FINANCEIRA

Os nossos resultados financeiros relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 refletem o nosso compromisso com o crescimento e com a criação de valor sustentável para os nossos acionistas. Abaixo apresenta-se um quadro com os principais destaques financeiros:

DETALHES	2025 MT	2024 MT	% change
Rentabilidade			
Juros e rendimentos similares	134 656 973	26 837 080	402%
Juros e gastos similares	(95 326 122)	(4 592 926)	1 975%
Serviços e comissões líquidos	(36 410 634)	(1 320 913)	2 656%
Imparidade de instrumentos financeiros	(6 818 181)	(438 125)	1 456%
Gastos operacionais	(68 171 448)	(26 138 649)	161%
Imposto sobre o rendimento	15 623 097	97 471	15 928%
Prejuízo integral do exercício	(56 465 304)	(5 559 565)	916%
Posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa	123 031 283	1 524 537	7 970%
Empréstimos e adiantamentos a clientes ¹	671 260 297	62 347 321	977%
Outros activos ¹	1 238 512	1 230 260	1%
Total do activo ¹	963 458 601	85 870 755	949%
Total do capital próprio	13 930 525	34 821 829	(60%)
Total do passivo ¹	811 675 773	43 852 194	1 751%

¹ Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.

Juros e rendimentos similares: O Microbanco reportou rendimentos brutos de juros no montante de MZN 134 656 973, representando um aumento de 402% em comparação com o exercício anterior. Durante 2025, o Microbanco registou um crescimento significativo da sua carteira de crédito, impulsionado principalmente pelo financiamento adicional obtido através de emissões de obrigações corporativas no montante de MZN 830 milhões e de papel comercial no montante total de MZN 17 milhões. Como resultado deste financiamento, o Microbanco conseguiu expandir substancialmente a sua carteira de crédito. Consequentemente, em Dezembro de 2025, a carteira de crédito cresceu significativamente para MZN 587 milhões (2024: MZN 60.7 milhões). Esta expansão aumentou materialmente a base sobre a qual são gerados os rendimentos de juros, resultando num aumento substancial dos rendimentos brutos de juros no exercício.

Juros e gastos similares: Os gastos com juros aumentaram materialmente durante o exercício, impulsionados pela captação de capital realizada a meio do ano através da emissão de obrigações corporativas, resultando num aumento de 1 975% em comparação com o exercício anterior. Esta estratégia de financiamento, implementada em 2025 e suportada pela cotação das obrigações na Bolsa de Valores de Moçambique, sustentou a expansão acelerada das operações e da actividade creditícia do Microbanco.

Comissões líquidas: As comissões líquidas, que se relacionam maioritariamente com a amortização dos custos de captação de capital e custos operacionais diferidos, aumentaram em 2 656% durante o exercício, em linha com o volume significativo de financiamento obtido e a expansão da carteira de crédito.

Perdas por imparidade de instrumentos financeiros: A perda por imparidade foi calculada em conformidade com o modelo de Perdas de Crédito Esperadas (PCE) previsto na NIRF 9, tendo aumentado em 1 456% durante o exercício em análise. Este aumento foi principalmente atribuível ao crescimento significativo da carteira de crédito durante o período. A carteira é composta, em grande medida, por operações recentemente originadas, em resultado do aumento substancial das actividades de concessão de crédito ao longo do ano. Consequentemente, a maioria das exposições na carteira é relativamente recente e continua a apresentar fortes características de qualidade creditícia. Apesar do crescimento significativo da carteira, a qualidade dos ativos melhorou durante o exercício, com o nível de créditos não produtivos (NPLs) a reduzir de 3% em 2024 para 1.15% em 2025.

Gastos operacionais: Os gastos operacionais aumentaram em 161% em comparação com o exercício anterior, principalmente em resultado do processo de recrutamento levado a cabo em 2025 para expandir a capacidade operacional do Microbanco e preencher posições-chave e cargos de nível superior. O aumento foi igualmente impulsionado pela expansão das operações do Microbanco durante o exercício, de modo a suportar o novo modelo de negócio subsequente ao financiamento obtido.

Prejuízo do exercício: O prejuízo reportado no exercício resultou diretamente dos fatores descritos nos comentários relativos aos gastos com juros, comissões líquidas e gastos operacionais. Tal resultado foi inevitável, tendo em conta o ritmo e a dimensão do crescimento alcançado num único exercício financeiro, e representa uma decisão estratégica consciente inerente à fase de expansão do Microbanco, com vista ao estabelecimento de uma base sólida para a rentabilidade futura.

Caixa e equivalentes de caixa: O crescimento do saldo de caixa e equivalentes de caixa foi impulsionado principalmente pelo financiamento captado durante o exercício, em particular pelas emissões de obrigações corporativas no montante de MZN 830 milhões. Através da execução disciplinada da sua estratégia comercial, o Microbanco aplicou uma parte substancial destes fundos em empréstimos e adiantamentos, evidenciando a capacidade do ServCred de converter rapidamente financiamento em ativos de elevado rendimento, preservando simultaneamente uma forte qualidade creditícia.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: Durante o exercício, a carteira de crédito aumentou em 977%, suportada por financiamento obtido junto de terceiros para financiar os desembolsos de crédito. Este crescimento reflete a forte procura pelos produtos do ServCred. Em Dezembro de 2025, 98.12% da carteira de crédito permanecia classificada no *Stage 1*, com os NPLs a representarem apenas 1.15% da exposição total, evidenciando a solidez da carteira e a eficácia da gestão do risco de crédito.

Passivos totais: Os passivos totais aumentaram em 1 751%, principalmente devido ao aumento do capital captado através de obrigações corporativas emitidas para financiar as actividades principais do Microbanco.

Capital próprio total: O capital próprio reduziu em 60% durante o exercício, principalmente em resultado do prejuízo incorrido, cujos fatores explicativos se encontram descritos acima nos comentários à demonstração dos resultados. Com vista a gerir de forma proactiva a adequação do capital regulamentar durante o exercício, os acionistas efetuaram injeções suplementares de capital no montante de MZN 34.8 milhões. Este capital suplementar encontra-se atualmente em tramitação junto das autoridades competentes e permanece sujeito à aprovação prévia para reconhecimento como capital realizado.

Avaliação geral: O exercício financeiro de 2025 representou um período transformacional para o ServCred e consolidou a sua fase de crescimento acelerado, após a mobilização bem-sucedida de financiamento através de emissões de obrigações corporativas e papel comercial. Este processo reforçou significativamente a posição de liquidez do Microbanco e permitiu uma expansão substancial da carteira de crédito, que cresceu quase dez vezes para MZN 671 milhões em termos homólogos. Como resultado, os rendimentos brutos de juros aumentaram em 402% em comparação com o exercício anterior, refletindo a aplicação bem-sucedida dos fundos nas actividades principais de concessão de crédito e a forte procura do mercado pelos produtos do Microbanco.

O prejuízo reportado no exercício é considerado pelo Conselho como uma consequência natural da fase acelerada de investimento e crescimento do Microbanco, impulsionada pelos custos de financiamento, expansão da infraestrutura, recrutamento estratégico e outros investimentos iniciais necessários para suportar o aumento da capacidade operacional e a rentabilidade futura. Estes custos são considerados essenciais para posicionar o Microbanco para um crescimento sustentável de longo prazo.

O Conselho mantém-se encorajado pelos fortes fundamentos subjacentes do negócio, em particular pela qualidade sólida da carteira de crédito, com 98.12% das exposições classificadas no *Stage 1* e créditos não produtivos mantidos em níveis reduzidos. Adicionalmente, a melhoria progressiva da rentabilidade mensal em direção ao ponto de equilíbrio até ao final do exercício sustenta a visão do Conselho de que o modelo de negócio é robusto, escalável e capaz de gerar retornos sustentáveis no futuro. Assim, os Administradores mantêm-se confiantes na capacidade do Microbanco de continuar em continuidade operacional.

E. COMPONENTES DO CAPITAL SOCIAL

Os principais objetivos da gestão de capital do Microbanco são assegurar que:

- Microbanco cumpre os requisitos de capital impostos externamente pelo Banco de Moçambique;
- O Microbanco mantém rácios de capital saudáveis para suportar a sua actividade; e
- O Microbanco tem a capacidade de continuar em continuidade operacional, permitindo proporcionar retornos aos investidores e maximizar o valor para os acionistas.

DETALHES	2025 MT	2024 MT
Capital social		
Frederico Muianga 1.5%	516 000	150 000
Sérgio Matsinhe 1.5%	516 000	150 000
Blessing Nyakubaya 97%	33 400 000	9 700 000
	34 432 000	10 000 000
Capital suplementar	34 842 000	23 700 000

F. GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração desempenha um papel crucial na gestão de risco, assegurando que a organização esteja devidamente preparada para lidar com potenciais ameaças e incertezas. Uma gestão de risco eficaz por parte do Conselho envolve participação ativa e supervisão contínua, permitindo à organização enfrentar desafios e capitalizar oportunidades.

A gestão de risco constitui uma das responsabilidades dos administradores, sendo o Conselho de Administração do ServCred plenamente responsável por esta matéria.

A Sociedade dispõe de um Comité de Risco e Compliance, que reporta ao Conselho de Administração. O seu mandato consiste em apoiar os administradores na supervisão do risco, monitorização da conformidade, reporte e garantia de que a organização gere eficazmente os seus riscos e cumpre os regulamentos aplicáveis.

O Microbanco encontra-se exposto aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito:

O Microbanco dispõe de políticas, procedimentos e processos dedicados ao controlo e monitorização do risco decorrente das actividades de concessão de crédito.

A exposição ao risco, com base no perfil de crédito do Microbanco, é monitorizada e gerida através do acompanhamento das exposições vencidas.

O Microbanco monitoriza as concentrações de risco de crédito que surgem por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, mantendo uma carteira equilibrada.

Risco de liquidez:

O risco de liquidez é o risco de o Microbanco vir a encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados mediante a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro. O risco de liquidez surge de desencontros no momento e nos montantes dos fluxos de caixa, o que é inerente às operações do Microbanco.

O Conselho de Administração define a estratégia do Microbanco para a gestão do risco de liquidez, sendo a supervisão da sua implementação administrada pelo próprio Conselho. O Conselho aprova as políticas e procedimentos de liquidez elaborados pelo ALCO. O Departamento Financeiro gere a posição de liquidez do Microbanco no dia a dia e revê relatórios diários relativos à posição de liquidez.

A abordagem do Microbanco à gestão da liquidez consiste em assegurar, na medida do possível, que disponha sempre de liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando estas se vencem, tanto em condições normais como em cenários de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação do Microbanco. Os principais elementos da estratégia de liquidez do Microbanco são os seguintes:

- Manutenção de uma base de financiamento diversificada, composta por empréstimos de acionistas e títulos de dívida;
- Manutenção de uma carteira de ativos altamente líquidos, diversificada por maturidade;
- Monitorização dos desencontros de maturidade, das características comportamentais dos ativos e passivos financeiros do Microbanco, e do grau em que os ativos do Microbanco se encontram onerados e, por conseguinte, indisponíveis como potencial colateral para obtenção de financiamento
- Realização de testes de esforço sobre a posição de liquidez do Microbanco face a várias exposições e eventos específicos do país.

Risco de mercado

Envolve vários fatores, incluindo risco de taxa de juro e risco cambial:

- ***Risco de taxa de juro:***

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro afetarem os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro nos fluxos de caixa compreendem empréstimos e adiantamentos a clientes. As taxas de juro aplicadas aos empréstimos e adiantamentos a clientes são baseadas em taxa fixa.

- ***Risco cambial:***

O Microbanco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa.

As taxas de câmbio face ao Metical utilizadas na conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, especificamente em USD, mantiveram-se constantes, variando entre 63 e 65, pelo que o Microbanco não foi afetado por flutuações cambiais durante o exercício.

- **Risco operacional:**

O risco operacional é o risco de perda decorrente de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar danos reputacionais, ter implicações legais ou regulamentares, ou conduzir a perdas financeiras.

O Microbanco não pode esperar eliminar totalmente todos os riscos operacionais, mas, através de um quadro de controlo e da monitorização e resposta a potenciais riscos, consegue geri-los adequadamente. Os controlos incluem: segregação eficaz de funções, autorizações de acesso, procedimentos de reconciliação, formação do pessoal, e seguros, quando aplicável.

G. GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração continuou a desempenhar um papel fundamental na governação corporativa, assegurando que a organização seja gerida em alinhamento com os seus objetivos e com os interesses das partes interessadas.

O Conselho de Administração do Microbanco foi responsável, durante o exercício corrente, pela supervisão estratégica, supervisão financeira, gestão de risco e liderança institucional. A gestão foi orientada pelo Conselho na tomada de decisões que promovem integridade e transparência.

Durante o exercício corrente, os Comités do Conselho reuniram-se de forma consistente ao longo do ano, desempenhando eficazmente as suas responsabilidades de governação.

Ao longo do ano, os Comités implementaram e aprovaram várias políticas e procedimentos para orientar as operações do Microbanco e reforçar o seu quadro de governação. Adicionalmente, exerceram supervisão sobre as actividades e o desempenho operacional do Microbanco através das reuniões realizadas, nas quais foram tomadas decisões-chave e adotadas melhores práticas para apoiar os objetivos estratégicos e o crescimento sustentável da instituição.

Composição do Conselho de Administração

Os administradores do Microbanco à data da aprovação das demonstrações financeiras são os seguintes:

NOME DO MEMBRO	CARGO DO MEMBRO	RESPONSABILIDADES PRINCIPAIS
Blessing Nyakubaya	Fundador e Administrador Delegado	Visão, Estratégia e Liderança
Sharon Bwanya	Presidente do Não-Executivo do Conselho de Administração	Governação
Mara Mangane	Administradora não executivo independente	Inovação e Operações Estratégicas
Luis Cumbane	Administrador não executivo independente	Fiscalidade, Risco e Assuntos Financeiros
Dário Liasse	Administrador não executivo independente	Compliance e Assuntos Regulamentares

Audidores

Os auditores do ServCred Microbanco, S.A. são a KPMG Auditores e Consultores, S.A.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Microbanco é a Nexia Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada.

H. EVENTOS APÓS O PERÍODO DE RELATO

Os administradores determinam que os eventos após o período de relato são aqueles, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre o final do período de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão. A orientação para a determinação dos eventos após o período de relato está em conformidade com as Normas Internacionais de emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (Normas Contabilísticas NIRF). Após o final do exercício, concretamente em 18 de Março de 2026, o MicroBanco emitiu obrigações corporativas no montante de 375 milhões de Meticais, com uma taxa fixa anual de 17.50%, prazo de maturidade de 5 anos e pagamentos semestrais de cupão. Este evento foi considerado um evento subsequente não ajustável.

I. CONTINUIDADE OPERACIONAL

O Conselho de Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Sociedade de continuar em continuidade operacional na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Na realização desta avaliação, o Conselho considerou várias condições e eventos que podem afetar as operações e a posição financeira da Sociedade. Com base nesta avaliação, os Administradores concluíram que a Sociedade continuará em continuidade operacional e que as suas operações deverão prosseguir no futuro previsível, não tendo sido identificada qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar em continuidade operacional.

Para a avaliação detalhada da continuidade operacional efetuada, deverá ser feita referência à Nota 26 das demonstrações financeiras.

J. PLANOS ESTRATÉGICOS

O Microbanco dispõe de um plano estratégico de cinco anos, aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de Novembro de 2024. Os Administradores terão a responsabilidade global de assegurar que os objetivos sejam alcançados. O plano estratégico inclui quatro objetivos, nomeadamente:

- Continuação da expansão acelerada das actividades do negócio;
- Participação mais regular nos mercados alternativos de capitais, de modo a ganhar visibilidade, credibilidade e confiança dos investidores;
- Consolidar o impulso já estabelecido para assegurar uma rentabilidade sustentável, suportar a adequação dos rácios regulamentares e financiar o crescimento orgânico futuro;
- Alcançar uma quota de mercado de 5% de todo o crédito ao consumo concedido a funcionários públicos até 2030.

O Conselho de Administração está confiante de que os objetivos acima descritos proporcionam uma visão clara para o ServCred ao longo dos próximos cinco anos. Mantemo-nos comprometidos em assegurar que as operações do Microbanco continuem a acrescentar valor aos nossos acionistas e demais partes interessadas.

K. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão aos nossos acionistas pelo seu contínuo apoio e confiança.

Estendemos igualmente o nosso agradecimento aos nossos colaboradores pelo seu trabalho árduo e dedicação, bem como aos nossos clientes, parceiros e demais partes interessadas pela sua contínua colaboração.

L. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Os Administradores propõem que os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 sejam transferidos para a conta de resultados transitados do ServCred.

M. CONCLUSÃO

Em conclusão, estamos orgulhosos do progresso alcançado ao longo do último ano e entusiasmados com as oportunidades que se apresentam no futuro. Mantemo-nos comprometidos com a promoção do crescimento sustentável e com a criação de valor de longo prazo para os nossos acionistas e demais partes interessadas.

As demonstrações financeiras anexas ao presente relatório, preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, foram analisadas pelo Conselho de Administração e recomendadas para aprovação pela Assembleia Geral realizada em 28 de Abril de 2026.

Assinado pelos membros do Conselho de Administração do ServCred Microbanco, S.A.

Sharon Bwanya



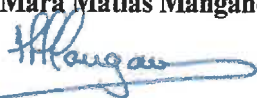
(Presidente do Conselho de Administração)

Blessing Nyakubaya



(Administrador-Delegado)

Mara Matias Mangane



(Administradora Não-Executiva)

Luís Gamo Cumbana



(Administrador Não-Executivo)

Dário Magide Mendes Liasse



(Administrador Não-Executivo)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas do Servcred Microbanco, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Servcred Microbanco, S.A. (o «Microbanco»), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração de resultados e outro rendimento integral, a demonstração das alterações ao capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, e notas que compreendem políticas contabilísticas materiais e outras informações explicativas, constantes das páginas 19 a 84.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhantes apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Servcred Microbanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2025, bem como o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em conformidade com as Normas de Contabilidade NIRF emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (Normas de Contabilidade NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Microbanco de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (*incluindo as Normas Internacionais de Independência*) (*Código IESBA*) conforme aplicável às auditorias às demonstrações financeiras de entidades de interesse público, juntamente com os requisitos éticos relevantes para as auditorias às demonstrações financeiras de entidades de interesse público em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria correspondem às matérias que, no nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Estas matérias foram abordadas no âmbito da nossa auditoria às demonstrações financeiras no seu todo e na formulação da nossa opinião sobre as mesmas, não emitindo, portanto, uma opinião separada sobre estas matérias.

Perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes	
<p>Por favor, consulte a nota 4, Uso de julgamentos e estimativas, a nota 6A, risco de crédito, a nota 13, empréstimos e adiantamentos a clientes, e a nota 23.2, risco de crédito, nas demonstrações financeiras</p>	
Matéria relevante de Auditoria	Como a matéria foi abordada na nossa auditoria
<p>Os empréstimos e adiantamentos a clientes representam a actividade principal do Microbanco e correspondem a aproximadamente 60% do total de activos, tornando a estimativa das perdas de crédito esperadas (PCE) um aspecto significativo para as demonstrações financeiras. A determinação das PCE envolve um elevado grau de julgamento da gestão, complexidade e incerteza na estimativa, e tem um impacto material na rentabilidade, no capital próprio e no perfil de risco de crédito do Microbanco.</p> <p>A estimativa das PCE é inerentemente complexa, uma vez que requer a aplicação de múltiplos pressupostos e metodologias inter-relacionadas. Em particular, a gestão aplica um julgamento significativo nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Selecção, aprovação e teste dos modelos utilizados para calcular a PCE; • Aplicação dos principais inputs do modelo relativos à Probabilidade de Incumprimento (PD), à Perda dado o Incumprimento (LGD) e à Exposição dado o Incumprimento (EAD); • Avaliação do aumento significativo do risco de crédito (SICR) e das transferências entre fases; • Incorporação de informações prospectivas. O modelo da PCE incorpora factores macroeconómicos e informações prospectivas, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), integradas na avaliação do risco de crédito. <p>Dada a materialidade do saldo dos empréstimos e adiantamentos a clientes, a complexidade da estrutura de PCE bem como o grau de julgamento aplicado nos principais pressupostos, as perdas de crédito esperadas relativas aos empréstimos e adiantamentos a clientes foram consideradas uma matéria relevante de auditoria</p>	<p>Os nossos procedimentos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos uma compreensão aprofundada da estrutura de gestão do risco de crédito do Microbanco e testámos o desenho, a implementação e a eficácia operacional dos principais controlos relativos à aprovação e concessão de linhas de crédito, ao acompanhamento contínuo do crédito e à gestão da exposição. • Analisámos a adequação dos modelos de PCE seleccionados, testados e aprovados pela gestão, avaliando se estes são consistentes com os requisitos da NIRF 9, <i>Instrumentos financeiros (NIRF 9)</i>, e adequados à carteira do Microbanco. • Avaliámos os factores qualitativos para determinar a adequação do aumento significativo do risco de crédito (SICR), tendo em conta o comportamento de reembolso do mutuário, o histórico de reestruturação de empréstimos, os sinais de alerta antecipados de incumprimento e as informações adversas relativas ao mutuário, bem como se estes factores são aplicados de forma consistente. Avaliámos o factor quantitativo dos dias de atraso utilizado na avaliação de classificação, verificando o histórico de reembolsos e a data do último reembolso. • Avaliámos se os critérios de classificação para transferências entre estágios estão alinhados com os requisitos da NIRF 9, analisando a utilização dos limiares de dias de atraso. • Avaliámos a incorporação de factores macroeconómicos e das informações prospectivas no modelo da PCE, analisando a razoabilidade das hipóteses macroeconómicas, tais como o PIB, comparando essas hipóteses com fontes de dados externas independentes. • Avaliámos os principais inputs utilizados no

Perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes

Por favor, consulte a nota 4, Uso de julgamentos e estimativas, a nota 6A, risco de crédito, a nota 13, empréstimos e adiantamentos a clientes, e a nota 23.2, risco de crédito, nas demonstrações financeiras

Matéria relevante de Auditoria	Como a matéria foi abordada na nossa auditoria
	<p>modelo da PCE, incluindo Probabilidade de Incumprimento (PD), Perda dado o incumprimento (LGD) e Exposição dado o Incumprimento (EAD), através da avaliação das metodologias e pressupostos aplicados em relação aos requisitos da NIRF 9.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Testámos a completude e exactidão dos dados subjacentes através da reconciliação da carteira de crédito com os registos contabilísticos, da repetição de cálculos seleccionados dos modelos e da validação da exactidão matemática dos modelos. • Avaliámos se as divulgações relativas a PCE nas demonstrações financeiras são adequadas, completas e conformes com a NIRF 9, incluindo a descrição dos pressupostos-chave, a incerteza das estimativas e as exposições ao risco de crédito.

Outra informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende as Informações Gerais, a declaração de responsabilidade dos administradores e o relatório dos administradores, mas não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório dos nossos auditores sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluimos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF®) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Relato Financeiro (Normas contabilísticas NIRF) e pelo controlo interno que os administradores determinarem necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro.



Ao preparar as demonstrações financeiras, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Microbanco de se manter em continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e utilizar o pressuposto de continuidade, a menos que os Administradores pretendam dissolver o Microbanco e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações efectuadas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa sobre a capacidade do Microbanco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que há uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Microbanco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outras matérias, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos aplicáveis em matéria de independência e comunicamos-lhes todas as relações e outras matérias que possam razoavelmente ser consideradas como tendo impacto na nossa independência e, conforme aplicável, as medidas tomadas para eliminar ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



Das matérias comunicadas aos administradores, determinamos as matérias que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são, por conseguinte, as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos estas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou os regulamentos impeçam a divulgação pública da matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório porque as consequências adversas de o fazer poderiam razoavelmente ultrapassar os benefícios de interesse público dessa comunicação.

KPMG Sociedade de Auditores Certificados 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Gualaguala, OCAM nº 04/CA/OCAM/2012

Sócio

30 de Abril de 2026


Maputo

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

	Nota	2025 MT	2024 MT
Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa de juro efetiva	8	134 656 973	26 837 080
Juros e gastos similares	8	(95 326 122)	(4 592 926)
Margem financeira		39 330 851	22 244 154
Rendimentos com serviços e comissões	9	652 124	490 998
Gastos com serviços e comissões	9	(37 062 758)	(1 811 911)
Resultado de serviços e comissões			
Rendimento total		2 920 217	20 923 241
Perda esperada de crédito	6	(6 818 181)	(438 125)
(Prejuízo)/Rendimento operacional líquido		(3 897 964)	20 485 116
Outros gastos operacionais		(18 989)	(3 503)
Gastos administrativos e gerais	10	(68 171 448)	(26 138 649)
Resultado antes de impostos		(72 088 401)	(5 657 036)
Rendimento de imposto	11.3	15 623 097	97 471
Resultado líquido do exercício		(56 465 304)	(5 559 565)
Outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto sobre o rendimento		-	-
Total do prejuízo integral do exercício		(56 465 304)	(5 559 565)


 Contabilista Certificado

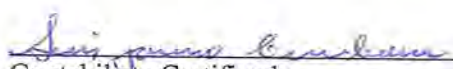

 Administrador Delegado

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Demonstração da posição financeira
em 31 de Dezembro de 2025

	Nota	2025	2024	1 de Janeiro de 2024
		MT	Reexpresso MT	Reexpresso MT
Activo				
Caixa e equivalentes de caixa	12	123 031 283	1 524 537	1 426 414
Empréstimos e adiantamentos a clientes ¹	13	671 260 297	62 347 321	14 298 857
Outros adiantamentos	13.1	819 000	639 000	4 592 806
Outros activos ¹	14	1 238 512	1 230 260	1 595 064
Propriedade e equipamento	15	9 303 775	8 219 227	10 471 258
Activos intangíveis	16	2 718 869	3 102 213	3 499 662
Activo por impostos diferidos	11.3	17 234 562	1 611 465	1 513 994
Total do activo¹		825 606 298	78 674 024	37 398 055
Capital próprio e passivos				
Capital próprio				
Capital social	17	34 432 000	10 000 000	10 000 000
Capital suplementar	17	34 842 000	23 700 000	500 000
Reserva legal		737 321	737 321	737 321
Resultados transitados		(56 080 796)	384 508	5 944 073
Total do capital próprio		13 930 525	34 821 829	17 181 394
Passivos				
Outros passivos	18	8 179 735	6 239 613	13 898 407
Passivo de imposto corrente	11.1	488 688	518 688	1 576 047
Obrigações emitidas ¹	19	797 849 350	17 213 893	-
Empréstimos de accionistas	20	5 158 000	19 880 000	4 742 207
Total do passivo¹		811 675 773	43 852 194	20 216 661
Total do capital próprio e passivo¹		825 606 298	78 674 023	37 398 055

¹Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.


 Contabilista Certificado

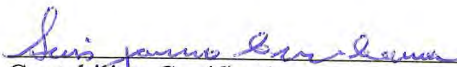

 Administrador Delegado

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2025

	Capital social MT	Capital suplementar MT	Reserva legal MT	Resultados transitados MT	Total MT
Saldo em 31 Dezembro 2023	10 000 000	500 000	737 321	5 944 073	17 181 394
Emissão de capital social	-	23 200 000	-	-	23 200 000
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(5 559 565)	(5 559 565)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	10 000 000	23 700 000	737 321	384 508	34 821 829
Emissão de capital suplementar	-	34 842 000	-	-	34 842 000
Emissão de capital social	24 432 000	(23 700 000)	-	-	732 000
Total do prejuízo integral do exercício	-	-	-	(56 465 304)	(56 465 304)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	34 432 000	34 842 000	737 321	(56 080 796)	13 930 525


 Contabilista Certificado


 Administrador Delegado

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

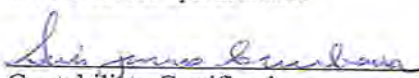
Demonstração de fluxos de caixa

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2025

	Notas	2025 MT	2024 Reexpresso MT
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto		(72 088 401)	(5 657 036)
<i>Ajustamentos de:</i>			
Perda de crédito esperada	6	6 818 181	438 125
Depreciação e amortização	10	4 652 498	4 015 920
Juros e rendimentos similares	8	(134 656 973)	(26 837 080)
Juros e gastos similares	8	95 326 122	4 592 926
Custos de transação com títulos de dívida emitidos ¹		25 071 288	1 811 911
		(74 877 285)	(21 635 234)¹
<i>Variação do capital circulante:</i>			
Variação de empréstimos e adiantamentos a clientes e outros adiantamentos ¹		(609 132 415)	(44 713 316)
Variação de outros activos ¹		(8 252)	(364 804)
Variação de outros passivos		3 521 870	(6 287 004)
Fluxo de caixa utilizado nas actividades operacionais¹		(680 496 082)	(73 000 358)
Juros recebidos	8	127 878 231	27 747 220
Juros pagos (a)	8	(30 465 000)	(2 902 250)
Juros sobre o passivo de locação	21	(570 094)	(780 051)
Imposto pago	11	(30 000)	(1 057 359)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas actividades operacionais¹		(583 682 945)	(49 992 798)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de propriedade e equipamento	15	(5 353 703)	(1 341 277)
Aquisição de activos intangíveis	16	-	(25 163)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas actividades de investimento		(5 353 703)	(1 366 440)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Obrigações emitidas		847 000 000	23 500 000
Emissão de capital suplementar	17	-	23 200 000
Aumento do capital social	17	482 000	-
Recebimento de empréstimos de accionistas		20 370 000	15 137 793
Pagamento de passivo de locação (b)	21	(1 581 747)	(1 371 789)
Custos de transação pagos com títulos de dívida emitidos ¹		(155 726 859)	(9 008 643)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de financiamento¹		710 543 394	51 457 361
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		121 506 746	98 123
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	1 524 537	1 426 414
		123 031 283	1 524 537

Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.

A divulgação comparativa dos juros sobre passivos de locação e dos pagamentos de passivos de locação foi corrigida para refletir a apresentação apropriada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis. No ano anterior, os juros pagos sobre passivos de locação foram incorretamente apresentados juntamente com os reembolsos do capital das locações nas atividades de financiamento, quando deveriam ter sido apresentados juntamente com outros juros pagos nas atividades operacionais.


 Contabilista Certificado


 Administrador Delegado

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. ENTIDADE RELATORA

O ServCred Microbanco, (“o Microbanco”), é um Microbanco, especializado em Microbanco a particulares, constituído em Moçambique desde Julho de 2019 como entidade individual, tendo sido alterado em Janeiro de 2023 para incorporar mais accionistas. Em Setembro de 2023, a entidade obteve uma licença para começar a operar como Microbanco e em Novembro de 2023 a entidade iniciou as suas operações. A sua principal actividade é a concessão de Microbanco sustentável a funcionários públicos.

O endereço da sua sede social é o seguinte: Av. Samora Machel, Nr. 231, Edifício da Rádio Moçambique - R/C, Cidade de Lichinga – Moçambique.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (Normas Contabilísticas NIRF) e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Microbanco em 23 de Abril de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contabilísticas aplicáveis à continuidade das operações, uma vez que administração está convicta de que a Empresa dispõe de recursos adequados para continuar em funcionamento num futuro previsível. Por favor, consulte a Nota 26 para a avaliação de continuidade operacional realizada pela gestão.

Os detalhes das políticas contabilísticas materiais do Microbanco estão incluídos na Nota 24.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais (MT), que é a moeda funcional do Microbanco. Todos os montantes foram arredondados para o metical mais próximo, salvo indicação em contrário.

4. USO DE JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os montantes relatados de activos, passivos, rendimentos e gastos e a divulgação de passivos contingentes. A utilização da informação disponível e a aplicação de julgamentos são inerentes à formação de estimativas. Os resultados efectivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A. *Julgamentos pressupostos e incertezas de estimativas*

As informações sobre os julgamentos efectuados na aplicação das políticas contabilísticas que têm efeitos mais significativos nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas seguintes.

- **Perdas de crédito esperadas de instrumentos financeiros:** estabelecer os critérios para determinar se o risco de crédito sobre os activos financeiros aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinar a metodologia para incorporar informação prospetiva na mensuração das perdas de crédito esperadas e seleccionar e aprovar os modelos utilizados para mensurar as perdas de crédito esperadas. Nota 6 A (iii).

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

5. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Uma série de novas normas e alterações às normas são efectivas para períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2026 e a sua aplicação antecipada é permitida, no entanto o Microbanco não as adoptou antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras.

5.1. NIRF 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A NIRF 18 substituirá a NIC 1, “Apresentação de Demonstrações Financeiras”, e aplica-se aos períodos de reporte anual com início a partir de 1 de Janeiro de 2027. A nova norma contabilística introduz os seguintes requisitos-chave.

- As entidades são obrigadas a classificar todos os rendimentos e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros ou prejuízos, nomeadamente operacionais, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto sobre o rendimento. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recentemente definido. O lucro líquido das entidades não irá mudar.
- As medidas de desempenho (MPMs) definidas pela gestão são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- São fornecidas orientações reforçadas sobre como agrupar a informação nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais sob o método indireto.

O Microbanco ainda está a avaliar o impacto da NIRF 18, particularmente no que diz respeito à estrutura da demonstração de prejuízos ou lucros do Microbanco, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para as MPMs. O Microbanco está também a avaliar o impacto na forma como a informação é agrupada nas demonstrações financeiras, incluindo para itens atualmente rotulados como 'outros'.

5.2. Outras normas contabilísticas

- **Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações à NIRF 9 e NIRF 7:** As alterações esclarecem: i) que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação. Introduce também uma opção de política contabilística para desreconhecer passivos financeiros liquidados através de um sistema de pagamento eletrónico antes da data de liquidação, desde que determinadas condições sejam cumpridas; ii) como avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem cláusulas ligadas a fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) e outras características contingentes semelhantes; iii) o tratamento de ativos sem recurso (non-recourse assets), instrumentos contratualmente vinculados e requisitos adicionais de divulgação para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que façam referência a um evento contingente. Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.
- **Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza – Alterações à NIRF 9 e NIRF 7:** As alterações incluem reconhecimento e desreconhecimento, incluindo a contabilização da liquidação de passivos financeiros através de um sistema de pagamento eletrónico, bem como a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, incluindo aqueles com características específicas associadas a contratos dependentes de condições naturais. Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. ANÁLISE DO RISCO FINANCEIRO

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Microbanco a riscos financeiros. Para informações sobre o quadro de gestão dos riscos financeiros do Microbanco, ver a nota 23.

A. Risco de crédito

Para a definição de risco de crédito e informação sobre a forma como o risco de crédito é mitigado pelo Microbanco, ver Nota 23.2.

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

i. Análise da qualidade do crédito

As perdas de crédito esperadas de 12 meses correspondem à parcela das perdas de crédito esperadas ao longo da vida resultante de eventos de incumprimento de um instrumento financeiro que sejam possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais são reconhecidas perdas de crédito esperadas de 12 meses são classificados como instrumentos financeiros do Estágio 1. Os instrumentos financeiros alocados ao Estágio 1 não registaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não se encontram com imparidade de crédito.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida esperada do instrumento financeiro ou durante o período contratual máximo de exposição. Os instrumentos financeiros para os quais são reconhecidas perdas de crédito esperadas ao longo da vida, mas que não apresentam imparidade de crédito, são classificados como instrumentos financeiros do Estágio 2. Os instrumentos financeiros alocados ao Estágio 2 são aqueles que registaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que ainda não se encontram com imparidade de crédito.

Os instrumentos financeiros para os quais são reconhecidas perdas de crédito esperadas ao longo da vida e que se encontram com imparidade de crédito são classificados como instrumentos financeiros do Estágio 3.

As tabelas seguintes apresentam informações sobre a qualidade de crédito dos activos financeiros mensurados ao custo amortizado sem ter em conta as garantias ou outras compensações de crédito. As quantias na tabela representam quantias escrituradas brutas. Os montantes apresentados na tabela representam valores brutos contabilísticos e não incluem comissões diferidas de agentes, uma vez que estas constituem custos de transação diferidos como parte do cálculo da taxa de juro efetiva, correspondendo a comissões pagas a agentes relacionadas com a originação de empréstimos.

31 de Dezembro de 2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	576 860 204	4 331 822	6 735 057	587 927 083
Outros adiantamentos	819 000	-	-	819 000
Caixa e equivalentes de caixa	123 031 283	-	-	123 031 283
Perda esperada de crédito	(1 178 546)	(283 224)	(6 735 057)	(8 196 827)
Quantia escriturada	699 531 941	4 048 598	-	703 580 539

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

i. Análise da qualidade do crédito (continuação)

31 de Dezembro de 2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	55 666 624	2 108 753	2 910 179	60 685 556
Outros adiantamentos	639 000	-	-	639 000
Caixa e equivalentes de caixa	1 524 537	-	-	1 524 537
Perda esperada de crédito	(1 896 052)	(261 151)	(2 910 179)	(5 067 383)
Quantia escriturada	55 934 109	1 847 602	-	57 781 711

A divulgação do exercício anterior foi atualizada para incluir os montantes expostos ao risco de crédito na análise da qualidade de crédito, assegurando consistência com a apresentação da nota no exercício corrente.

A perda por imparidade reconhecida durante o exercício reflete alterações nas exposições ao risco de crédito, movimentações entre os estágios de imparidade, novas concessões de crédito, reembolsos e desreconhecimentos, bem como atualizações das premissas prospetivas relacionadas com o crescimento do PIB incorporadas no modelo de PCE.

O montante bruto contabilístico de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou de MT 60.7 milhões em 31 de dezembro de 2024 para MT 587.9 milhões em 31 de dezembro de 2025, impulsionado principalmente pelo crescimento das atividades de concessão de crédito da Microbank e pelos novos desembolsos efetuados durante o exercício.

Este aumento resultou num crescimento correspondente das exposições do Estágio 1, de MT 55.7 milhões para MT 576.9 milhões, refletindo o reconhecimento inicial de novos empréstimos originados com bom desempenho e baixo risco de crédito no momento do reconhecimento inicial.

As exposições do Estágio 2 aumentaram de MT 2.1 milhões para MT 4.3 milhões devido a contas que registaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, principalmente decorrente de atrasos nos pagamentos, enfraquecimento dos fluxos de caixa dos mutuários e redução da sua capacidade de reembolso. Estas exposições permanecem sem imparidade de crédito, mas requerem o reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As exposições do Estágio 3 aumentaram de MT 2.9 milhões para MT 6.7 milhões, refletindo a deterioração da qualidade de crédito de determinados mutuários e a migração de facilidades do Estágio 2 para o Estágio 3, na sequência de evidência objetiva de imparidade, incluindo indicadores prolongados de incumprimento e redução das expectativas de recuperação.

A perda total por imparidade aumentou de MT 5,1 milhões em 2024 para MT 8.2 milhões em 2025. Este aumento foi impulsionado principalmente pelo crescimento da carteira global de crédito, pelo aumento das exposições dos Estágios 2 e 3 e pelo efeito da revisão das projeções prospetivas do PIB utilizadas no modelo de ECL.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

i. Análise da qualidade de crédito (continuação)

Durante o período de relato, a Gestão reviu as previsões económicas utilizadas como inputs na mensuração das perdas de crédito esperadas, com base nas expectativas atualizadas sobre o crescimento do PIB de Moçambique. A redução das expectativas de crescimento do PIB aumentou o risco de deterioração considerado na avaliação da imparidade e resultou em estimativas mais elevadas de Probabilidade de Incumprimento (PD) para os segmentos mais vulneráveis da carteira.

Conforme divulgado na nota de informação prospetiva, o crescimento do PIB é o único fator macroeconómico utilizado pela Microbank na avaliação das perdas de crédito esperadas. A Gestão também reviu as ponderações dos cenários e atribuiu maior relevância ao cenário pessimista durante o exercício, resultando numa estimativa mais conservadora das perdas de crédito. Não foram aplicados *overlays* macroeconómicos pós-modelo, uma vez que a Gestão concluiu que as previsões atualizadas do PIB e os ajustamentos nas ponderações dos cenários capturavam adequadamente o ambiente de risco de crédito existente.

A perda por imparidade é revista em cada data de relato para garantir que permanece adequada e reflete o desempenho atual da carteira, o comportamento dos mutuários e as condições económicas futuras esperadas.

A tabela seguinte apresenta informação sobre a situação de incumprimento do crédito a clientes nos Estágios 1, 2 e 3.

31 de Dezembro de 2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Corrente	574 617 017	-	-	574 617 017
Vencido < 30 dias	2 243 187	-	-	2 243 187
Vencido > 30 dias <90 dias	-	4 331 822	-	4 331 822
Vencido 90+ dias	-	-	6 735 057	6 735 057
Quantia escriturada bruta	576 860 204	4 331 822	6 735 057	587 927 083
31 de Dezembro de 2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Corrente	54 174 578	-	-	54 174 578
Vencido < 30 dias	1 492 046	-	-	1 492 046
Vencido > 30 dias <90 dias	-	2 108 753	-	2 108 753
Vencido 90+ dias	-	-	2 910 179	2 910 179
Quantia escriturada bruta	55 666 624	2 108 753	2 910 179	60 685 556

Qualidade do risco de crédito e classificações internas de risco de crédito

O Microbanco monitoriza a qualidade de crédito dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado através de um sistema interno de classificação de risco de crédito, baseado principalmente nos dias de atraso, considerado o indicador mais apropriado de deterioração de crédito para a carteira de empréstimos da instituição. A carteira é composta maioritariamente por empréstimos e

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

i. Análise da qualidade de crédito (continuação)

adiantamentos concedidos a funcionários públicos, sendo o desempenho de reembolso acompanhado de perto através do estado de incumprimento.

A tabela acima apresenta os montantes brutos contabilísticos dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito, desagregados por classificações internas de risco de crédito e pelos estágios de imparidade de acordo com a NIRF 9.

O Microbanco aplica as seguintes classificações internas de risco de crédito:

- Grau 1: Sem atraso
- Grau 2: 1–30 dias em atraso
- Grau 3: 31–60 dias em atraso
- Grau 4: 61–90 dias em atraso
- Grau 5: 91–180 dias em atraso
- Grau 6: 181–360 dias em atraso
- Grau 7: Mais de 360 dias em atraso.

Para efeitos de divulgação, estas classificações são agrupadas da seguinte forma:

- Graus 1–3 (Forte/Satisfatório): Exposições com bom desempenho e risco de crédito baixo a moderado
- Grau 4 (Risco elevado): Exposições que demonstram um aumento significativo no risco de crédito
- Graus 5–7 (Com imparidade de crédito): Exposições com evidência objetiva de imparidade e maior probabilidade de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são determinadas com base numa abordagem assente na antiguidade de saldos vencidos, onde os dias em atraso constituem o principal input utilizado para avaliar se ocorreu um aumento significativo no risco de crédito (SICR) ou se a exposição apresenta imparidade de crédito. Não são utilizadas classificações de risco externas para esta carteira, devido à natureza da base de clientes.

A relação entre os graus de risco e os estágios da NIRF 9 é geralmente a seguinte:

- Estágio 1: Ativos com bom desempenho, tipicamente Grau 1 e Grau 2
- Estágio 2: Ativos com aumento significativo no risco de crédito, geralmente Grau 3 e Grau 4
- Estágio 3: Ativos com imparidade de crédito, geralmente Grau 5 a Grau 7

A Gestão também aplica considerações qualitativas sempre que necessário, particularmente na identificação de eventos de incumprimento e na avaliação da recuperabilidade.

As características qualitativas de cada grupo são as seguintes:

- Graus 1–2: Estas exposições estão em dia ou apenas ligeiramente vencidas e demonstram forte comportamento de reembolso, com baixas perdas de crédito esperadas
- Graus 3–4: Estas exposições apresentam sinais iniciais de dificuldade de reembolso e estão sujeitas a maior monitorização devido ao aumento do risco de crédito

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

i. Análise da qualidade de crédito (continuação)

- Graus 5–7: Estas exposições encontram-se significativamente vencidas e são consideradas com imparidade de crédito, refletindo maior probabilidade de incumprimento e perda

Esta divulgação permite aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar como o risco de crédito está distribuído pela carteira e compreender a concentração das exposições por qualidade de crédito.

As tabelas seguintes apresentam informação sobre a qualidade de crédito dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, sem considerar colaterais ou outros mecanismos de reforço de crédito. Salvo indicação específica em contrário, os montantes apresentados nas tabelas representam os montantes brutos contabilísticos.

31 de Dezembro de 2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Graus 1-2: Forte	576 860 204	-	-	576 860 204
Grau 3: Satisfatório	-	2 315 281	-	2 315 281
Grau 4: Risco elevado	-	2 016 541	-	2 016 541
Graus 5-7: Com imparidade de crédito	-	-	6 735 057	6 735 057
Quantia escriturada bruta	576 860 204	4 331 822	6 735 057	587 927 083
Perda esperada de crédito	(1 178 546)	(283 224)	(6 735 057)	(8 196 827)
Quantia escriturada	575 681 658	4 048 598	-	579 730 256
31 de Dezembro de 2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	MT	MT	MT	MT
Graus 1-2: Forte	55 666 624	-	-	55 666 624
Grau 3: Satisfatório	-	1 783 119	-	1 783 119
Grau 4: Risco elevado	-	325 634	-	325 634
Graus 5-7: Com imparidade de crédito	-	-	2 910 179	2 910 179
Quantia escriturada bruta	55 666 624	2 108 753	2 910 179	60 685 556
Perda esperada de crédito	(1 896 052)	(261 151)	(2 910 179)	(5 067 383)
Quantia escriturada	53 770 572	1 847 602	-	55 618 173

A divulgação dos montantes brutos contabilísticos por classificação interna de risco de crédito foi reforçada no exercício corrente para cumprir os requisitos da NIRF 7. Esta informação não foi divulgada separadamente nas demonstrações financeiras do exercício anterior.

A Gestão avaliou a omissão no exercício anterior e concluiu que se trata da correção de uma omissão de divulgação imaterial, e não de uma alteração de política contabilística. Assim, a informação comparativa não foi reexpressa; no entanto, as demonstrações financeiras do exercício corrente incluem divulgações adicionais para melhorar a conformidade e a transparência no relato do risco de crédito.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

ii. Garantias detidas

O Microbanco não detém garantias, mas os reembolsos dos empréstimos são deduzidos na fonte (descontos nos salários) dos clientes. O Microbanco detém igualmente cobertura de seguro sobre os empréstimos, a qual pode ser acionada em caso de incumprimento, desde que os mesmos cumpram os critérios de elegibilidade para o respetivo reembolso pelo seguro.

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas

O quadro seguinte mostra a reconciliação dos saldos de abertura com os saldos de fecho da imparidade por classe. A base para determinar as transferências devidas a alterações no risco de crédito é definida na política contabilística na nota 24 b) iii.

2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01 Jan 2025	1 896 052	261 151	2 910 180	5 067 383
Transferência para o Estágio 1	362 208	(73 057)	(289 151)	-
Transferência para o Estágio 2	(575 425)	744 591	(169 166)	-
Transferência para o Estágio 3	(8 642 369)	(486 081)	9 128 450	-
Remensuração líquida da perda esperada por imparidade	(1 261 284)	(77 733)	(160 758)	(1 499 775)
Novos activos financeiros originados	11 041 365	-	-	11 041 365
Activos financeiros desconhecidos	(1 642 001)	(85 647)	(1 234 252)	(2 961 900)
Abates	-	-	(3 450 246)	(3 450 246)
Saldo em 31 de Dez de 2025	1 178 546	283 224	6 735 057	8 196 827

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01 Jan 2024	1 389 281	790 488	3 033 531	5 213 300
Transferência para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferência para o Estágio 2	506 771	(529 337)	460 691	438 125
Transferência para o Estágio 3	-	-	-	-
Abates	-	-	(584 041)	(584 041)
Saldo em 31 de Dez de 2024	1 896 052	261 151	2 910 179	5 067 383

O movimento na imparidade para perdas de crédito esperadas (PCE) durante o exercício ascendeu a 6 579 690 MT. Incluído no gasto reconhecido em resultados encontra-se um montante adicional de 238 491 MT, resultante de um ajustamento registado durante a reconciliação de final de exercício da carteira de empréstimos, com o objetivo de corrigir os saldos da carteira de crédito. Este ajustamento foi reconhecido para alinhar os registos subjacentes dos empréstimos com os saldos contabilísticos e não está relacionado com alterações no perfil de risco de crédito dos mutuários no exercício corrente.

O montante contratual em dívida relativo a ativos financeiros abatidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que ainda se encontram sujeitos a ações de recuperação ascende a 3 450 246 MT (2024: 584 042 MT).

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Microbanco tem em conta informações razoáveis e sustentáveis que sejam relevantes e estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Microbanco e na avaliação de crédito por especialistas, incluindo informações prospectivas.

O objetivo da avaliação consiste em identificar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito relativamente a uma posição em risco, comparando:

- a probabilidade de incumprimento (*PD*) remanescente ao longo da vida, à data de reporte;
- a probabilidade de incumprimento (*PD*) remanescente ao longo da vida para esse momento, estimada aquando do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, se necessário, em função das alterações das expectativas de pré-pagamento).

O Microbanco utiliza os seguintes critérios para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito:

- indicadores qualitativos; e
- um *backstop* de 30 dias de incumprimento.

Determinação do aumento significativo do risco de crédito

O Microbanco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial em cada data de relato. Determinar se um aumento do risco de crédito é significativo depende das características do instrumento financeiro e do mutuário. O que é considerado significativo difere para diferentes tipos de empréstimos.

Pode também considerar-se que o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial com base em factores qualitativos ligados aos processos de gestão do risco de crédito do Microbanco que, de outro modo, podem não se refletir plenamente na sua análise quantitativa em tempo útil. Este será o caso das exposições que satisfazem determinados critérios de risco acrescido, tais como empréstimos numa lista de acompanhamento. Esses factores qualitativos baseiam-se na apreciação de especialistas e em experiências históricas relevantes.

Como medida de apoio, o Microbanco considera que um aumento significativo do risco de crédito ocorre, o mais tardar, quando um activo está vencido há mais de 30 dias. Os dias de incumprimento são determinados pela contagem do número de dias desde a data de vencimento mais antiga relativamente à qual não foi recebido o pagamento integral. As datas de vencimento são determinadas sem considerar qualquer período de carência que possa estar disponível para o mutuário.

teste quantitativo de aumento significativo do risco de crédito (“SICR”) baseia-se principalmente na variação relativa e absoluta da probabilidade de incumprimento ao longo da vida (“PD”) durante a vida remanescente esperada do instrumento financeiro.

Para este efeito, o Microbanco compara:

- a estimativa atual da PD ao longo da vida à data de relato; e

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

- a estimativa da PD ao longo da vida no reconhecimento inicial, recalibrada para o mesmo perfil de maturidade remanescente.

O Microbanco aplica um teste de deterioração relativa, segundo o qual um ativo financeiro é considerado como tendo registado um aumento significativo do risco de crédito quando o rácio entre a PD atual ao longo da vida e a PD ao longo da vida na data de originação excede 1,5 vezes.

De forma a evitar uma sensibilidade excessiva em exposições com baixo risco de crédito inicial, esta avaliação é complementada por um limiar absoluto, de modo que o SICR apenas é identificado quando o aumento da PD ao longo da vida desde o reconhecimento inicial excede 1 ponto percentual.

A aplicação combinada de medidas relativas e absolutas assegura que sejam capturados tanto aumentos proporcionais como aumentos economicamente significativos no risco de crédito.

Se houver provas de que já não existe um aumento significativo do risco de crédito relativamente ao reconhecimento inicial, então a perda por imparidade num instrumento volta a ser medida como PEC a 12 meses. Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como o incumprimento ou a reestruturação, podem ser indicativos de um aumento do risco de incumprimento que persiste depois de o próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Microbanco determina um período probatório durante o qual o activo financeiro é obrigado a demonstrar um bom comportamento para fornecer provas de que o seu risco de crédito diminuiu suficientemente.

Quando os termos contratuais de um empréstimo tiverem sido modificados, a prova de que os critérios para o reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida já não se encontram preenchidos inclui um historial de desempenho de pagamento atualizado em relação aos termos contratuais modificados.

O Microbanco monitora a eficácia dos critérios utilizados para identificar aumentos significativos no risco de crédito através de revisões regulares para confirmar que:

- os critérios são capazes de identificar aumentos significativos do risco de crédito antes de uma exposição entrar em incumprimento;
- os critérios não estão alinhados com a altura em que um activo se torna vencido há 30 dias;
- o prazo médio entre a identificação de um aumento significativo do risco de crédito e o incumprimento parece razoável;
- as posições não são geralmente transferidas diretamente da mensuração das perdas de crédito esperadas a 12 meses para a imparidade do crédito; e
- não existe uma volatilidade injustificada na perda por imparidade resultante da transferência entre a PD a 12 meses (Estágio 1) e a PD ao longo da vida (Estágio 2 e/ou Estágio 3).

Definição de incumprimento

O Microbanco considera que um activo financeiro está em incumprimento quando:

- é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito ao Microbanco na totalidade, sem que o Microbanco recorra a acções de recuperação;

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

- o mutuário está atrasado mais de 90 dias relativamente a qualquer obrigação de crédito material para com o Microbanco; ou
- se torna provável que o mutuário reestruture o activo em resultado de falência devido à incapacidade do mutuário para pagar as suas obrigações de crédito.

Ao avaliar se um mutuário está em situação de incumprimento, o Microbanco considera indicadores que são:

- qualitativos: por exemplo, violações de acordos; e
- quantitativos: por exemplo, o estatuto de vencido e o não pagamento de outra obrigação do mesmo emitente para com o Microbanco;

Os dados utilizados para avaliar se um instrumento financeiro está em situação de incumprimento e o seu significado podem variar ao longo do tempo para refletir alterações nas circunstâncias.

O Microbanco incorpora informações prospectivas tanto na avaliação do facto de o risco de crédito de um instrumento ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial como na medição das perdas de crédito esperadas.

É efectuada, pelo menos anualmente, uma análise exaustiva da conceção dos cenários obtidos a partir de fontes externas.

Incorporação de informações prospectivas

O Microbanco incorpora informação prospetiva tanto na avaliação de se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração das Perdas de Crédito Esperadas (PCE), em conformidade com a NIRF 9. Isto assegura que as estimativas de imparidade refletem não apenas condições históricas e atuais, mas também previsões razoáveis e sustentáveis sobre condições económicas futuras que possam afetar a recuperabilidade dos ativos financeiros.

A Administração determinou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique é o indicador macroeconómico mais relevante para avaliar o risco de crédito futuro da carteira de crédito, uma vez que influencia diretamente a capacidade de reembolso dos mutuários, o desempenho dos negócios, os níveis de liquidez e a estabilidade económica geral. Alterações no crescimento do PIB são, portanto, consideradas um fator significativo na variação da Probabilidade de Incumprimento (PD) em toda a carteira.

O Microbanco formula três cenários económicos para efeitos de mensuração da PCE: um cenário base, que representa o cenário central, e dois cenários menos prováveis, sendo um cenário otimista (upside) e um cenário pessimista (downside). O cenário central está alinhado com a informação utilizada pelo Microbanco para outros fins, como planeamento estratégico e orçamentação. A informação externa considerada inclui dados económicos e previsões publicadas por entidades governamentais, autoridades monetárias e outras fontes de mercado fiáveis.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

Para suportar a avaliação prospetiva, foram analisadas as taxas históricas de crescimento do PIB cobrindo um período de dez anos, de 2015 a 2024, com o objetivo de avaliar a volatilidade e a ciclicidade do ambiente económico doméstico. Com base nesta análise histórica, o desvio padrão do crescimento do PIB foi calculado em 2,21%, tendo sido utilizado como base estatística para determinar o intervalo de variação económica e a construção dos cenários.

As previsões macroeconómicas prospetivas para o período subsequente de três anos, de 2026 a 2028, foram obtidas de fontes externas fiáveis e utilizadas como perspetiva económica de referência no cenário central. As taxas de crescimento do PIB aplicadas foram de 3,5% para 2026, 4,3% para 2027 e 4,0% para 2028.

Utilizando o desvio padrão calculado de 2,21%, a Administração desenvolveu dois cenários macroeconómicos adicionais para avaliar a sensibilidade do risco de crédito às alterações nas condições económicas. O cenário otimista foi determinado através do aumento da previsão base do PIB em 2,21% para cada ano projetado, representando um crescimento económico mais forte, maior resiliência dos mutuários e menor risco esperado de incumprimento. O cenário pessimista foi determinado através da redução da previsão base do PIB em 2,21% para cada ano projetado, representando pressão económica, menor capacidade de reembolso e maior risco de incumprimento.

Os cenários económicos utilizados em 31 de Dezembro de 2025 incluíam os seguintes indicadores-chave para Moçambique para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2026 a 2028:

2026	2027	2028
Base	Base	Base
3.5	4.3	4
Otimista	Otimista	Otimista
5.7	6.5	6.2
Desaceleração	Desaceleração	Desaceleração
1.29	2.09	1.8

Esta metodologia resultou num movimento simétrico de +2,21% e -2,21% em torno do cenário central, proporcionando um intervalo estruturado e sustentável de resultados económicos para a modelação da imparidade.

O Microbanco identificou o crescimento do PIB como o principal fator determinante do risco de crédito e das perdas de crédito da sua carteira de crédito e, com base na análise de dados históricos, estimou a relação entre os movimentos macroeconómicos e a deterioração do crédito. O impacto de cada cenário macroeconómico é traduzido em PCE através de ajustamentos na PD, com base na avaliação da Administração sobre a relação entre as flutuações do PIB e o risco de incumprimento.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

Foram aplicados os seguintes pressupostos de sensibilidade da PD:

- para exposições em Stage 1, uma variação de 5% na PD para cada alteração de 1 ponto percentual no PIB; e
- para exposições em Stage 2, uma variação de 10% na PD para cada alteração de 1 ponto percentual no PIB, refletindo a maior sensibilidade dos ativos com desempenho reduzido à deterioração macroeconómica.

Assim, no cenário otimista, as PDs são reduzidas para refletir um menor risco esperado de incumprimento, enquanto no cenário pessimista, as PDs são aumentadas para refletir um maior risco de crédito decorrente de condições económicas mais fracas.

As ponderações de probabilidade dos cenários aplicadas na mensuração da PCE são revistas periodicamente pela Administração e calibradas através de testes de esforço sobre choques económicos mais extremos, para assegurar que os cenários representativos capturam adequadamente o intervalo de possíveis resultados económicos. Uma revisão abrangente é realizada pelo menos anualmente sobre a conceção dos cenários e os pressupostos aplicados.

Durante o período de reporte, o Microbanco reviu as previsões económicas utilizadas como inputs na mensuração da PCE devido à inflação superior ao esperado, taxas de juro elevadas e aumento da incerteza decorrente de tensões geopolíticas e pressões do mercado interno. Como resultado, foi dada maior ênfase ao cenário pessimista para refletir o aumento do risco de crédito associado a condições económicas mais fracas e à redução da capacidade de reembolso dos mutuários.

Não foram aplicados ajustamentos macroeconómicos adicionais pós-modelo na data de reporte, uma vez que a Administração concluiu que os pressupostos prospetivos incorporados no modelo de PCE, incluindo as previsões revistas do PIB e os ajustamentos das ponderações dos cenários, capturavam adequadamente os riscos económicos atuais e esperados que afetam a carteira de crédito.

Não houve alterações na metodologia principal de estimativa da PCE durante o período de reporte. No entanto, pressupostos significativos relacionados com previsões macroeconómicas, ponderação de cenários e calibração do risco pessimista foram atualizados para assegurar que o modelo de imparidade permanecesse relevante, razoável e sustentável nas condições económicas vigentes.

Considerando a natureza prudencial do reconhecimento da imparidade, a Administração adotou as PDs ajustadas do cenário pessimista para efeitos de mensuração da PCE na data de reporte. Esta abordagem reflete uma estimativa conservadora das potenciais perdas de crédito e assegura que a provisão para imparidade capta adequadamente os riscos pessimistas inerentes ao ambiente económico atual e esperado.

A incorporação de informação prospetiva é revista em cada data de reporte para assegurar que os pressupostos permanecem relevantes, razoáveis e sustentáveis, e que o modelo de PCE continua a refletir as expectativas económicas vigentes e as características de risco da carteira.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iii. Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (continuação)

Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por várias razões, incluindo alterações nas condições de mercado, retenção de clientes e outros fatores não relacionados com uma deterioração atual ou potencial do crédito do cliente. Um empréstimo existente cujos termos tenham sido modificados pode ser desreconhecido e o empréstimo renegociado reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, de acordo com a política contabilística estabelecida na Nota 24(b)(v).

O Microbanco renegocia empréstimos com clientes em dificuldades financeiras (referido como “atividades de tolerância” ou forbearance) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. De acordo com a política de tolerância do Microbanco, a tolerância de crédito é concedida de forma seletiva se o devedor estiver atualmente em incumprimento das suas obrigações ou se existir um elevado risco de incumprimento, houver evidência de que o devedor envidou todos os esforços razoáveis para pagar nos termos contratuais originais e se se esperar que o devedor consiga cumprir os termos revistos.

Os termos revistos geralmente incluem o prolongamento do prazo de vencimento, a alteração do momento de pagamento dos juros e a modificação das cláusulas contratuais do empréstimo (“covenants”).

Os principais inputs na mensuração da PCE incluem as seguintes variáveis:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição no momento do incumprimento (EAD).

A PCE para exposições em Stage 1 é calculada multiplicando a PD de 12 meses pela LGD e pela exposição no momento do incumprimento (EAD). A PCE ao longo da vida útil é calculada multiplicando a PD ao longo da vida útil pela LGD e pela EAD.

A LGD representa a magnitude da perda provável caso ocorra um incumprimento. O Microbanco estima os parâmetros de LGD com base no histórico das taxas de recuperação de créditos sobre contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, garantias, maturidade da exposição, setor de atividade da contraparte e os custos de recuperação de quaisquer garantias que sejam parte integrante do ativo financeiro.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iv. Concentração de risco

A EAD representa a exposição esperada no caso de incumprimento. O Microbanco determina a EAD com base na exposição atual à contraparte e em potenciais alterações ao montante atual permitido pelo contrato e resultantes da amortização. A EAD de um ativo financeiro corresponde ao seu valor bruto contabilístico no momento do incumprimento. Para compromissos de crédito, as EADs correspondem a montantes futuros potenciais que possam vir a ser utilizados ao abrigo do contrato, sendo estimados com base em observações históricas e previsões prospetivas.

Conforme descrito acima, e sujeito à utilização de uma PD máxima de 12 meses para ativos financeiros em Stage 1, o Microbanco mensura a PCE considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de extensão por parte do mutuário) durante o qual está exposto ao risco de crédito, mesmo que, para fins de gestão de risco de crédito, o Microbanco considere um período mais longo. O período contratual máximo estende-se até à data em que o Microbanco tem o direito de exigir o reembolso de um adiantamento.

O Microbanco monitoriza as concentrações do risco de crédito por setor e por localização geográfica. Uma análise das concentrações do risco de crédito de empréstimos e adiantamentos a clientes é apresentada abaixo:

	2025	2024
	MT	MT
Quantia escriturada bruta	587 927 083	60 685 556
Concentração por tipo de cliente		
Empréstimos e adiantamentos funcionários públicos	587 927 083	60 685 556
	587 927 083	60 685 556
Concentração por localização (a)		
Norte de Moçambique	222 903 528	23 252 649
Centro de Moçambique	298 476 727	20 894 685
Sul de Moçambique	66 546 828	16 538 222S
	587 927 083	60 685 556

(a) A informação comparativa foi atualizada para incluir a desagregação por localização, de forma a assegurar consistência com a apresentação do exercício corrente e melhorar a utilidade das demonstrações financeiras.

A concentração por localização dos empréstimos e adiantamentos baseia-se na região de domicílio do cliente. A concentração por tipo de cliente está maioritariamente associada a funcionários do setor público, que representam a principal base de clientes da Sociedade, sendo os reembolsos efetuados principalmente através de descontos em folha salarial.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

A. Risco de Crédito (continuação)

iv. Concentração de risco (continuação)

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de crédito do Banco manteve-se significativamente concentrada em empréstimos e adiantamentos a funcionários públicos, que representam o principal segmento de clientes das atividades de concessão de crédito do Microbanco. Geograficamente, a exposição ao risco de crédito está concentrada em Moçambique, com a maior exposição na região Centro de Moçambique, seguida pelas regiões Norte e Sul.

A Administração monitoriza continuamente estas concentrações para assegurar que o risco de crédito permanece dentro de limites aceitáveis e que não surjam exposições excessivas significativas resultantes da concentração num único setor ou região geográfica.

B. Risco de liquidez

Para a definição de risco de liquidez e informações sobre a forma como o risco de liquidez é gerido pelo Microbanco, ver Nota 23.3.

i. Exposição ao risco de liquidez

A principal métrica utilizada pelo Microbanco para gerir o risco de liquidez é o rácio entre os ativos líquidos e o financiamento de terceiros. Para este efeito, os “ativos líquidos” incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, o Microbanco é financiado por empréstimos que não representam um risco de liquidez significativo.

ii. Análise da maturidade dos activos e passivos financeiros

As tabelas seguintes apresentam as maturidades contratuais remanescentes dos activos e passivos financeiros do Microbanco. A análise da maturidade foi efectuada com base em fluxos de caixa não descontados. Os montantes apresentados na tabela abaixo não incluem comissões diferidas de agentes nem custos diferidos de emissão de obrigações corporativas, uma vez que estes constituem custos de transação diferidos como parte do cálculo da taxa de juro efetiva, correspondendo, respetivamente, a comissões pagas a agentes relacionadas com a originação de empréstimos e a custos diretamente atribuíveis à emissão de obrigações corporativas.

2025	Quantia escriturada	Quantia escriturada bruta	1-12 meses	1 to 3 anos	3 anos ou mais
<i>Activos financeiros</i>					
Empréstimos e adiantamentos a clientes	579 730 256	587 927 083	3 967 232	105 849 021	478 110 830
Caixa e equivalentes de caixa	123 031 283	123 031 283	123 031 283	-	-
Outros activos	495 610	495 610	495 610	-	-
	703 257 149	711 453 976	127 494 125	105 849 021	478 110 830
<i>Passivos financeiros</i>					
Obrigações emitidas	(935 701 653)	(1 545 381 250)	(184 660 000)	(520 721 250)	(840 000 000)
Outros passivos*	(8 179 735)	(8 179 735)	(8 179 735)	-	-
Empréstimos de Accionistas	(5 158 000)	(9 243 136)	(1 021 284)	(2 042 568)	(6 179 284)
	(949 039 388)	(1 562 804 121)	(193 861 019)	(522 763 818)	(846 179 284)

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

B. Risco de Liquidez (Continuação)

ii. Análise da maturidade dos activos e passivos financeiros (continuação)

2024	Quantia escriturada	Quantia escriturada bruta	1-12 meses	1 to 3 anos	3 anos ou mais
<i>Activos financeiros</i>					
Empréstimos e adiantamentos a clientes	55 618 173	60 685 556	3 049 348	9 197 372	48 438 836
Caixa e equivalentes de caixa	1 524 537	1 524 537	1 524 537	-	-
Outros activos	934 557	934 557	934 557	-	-
	58 077 267	63 144 650	5 508 442	9 197 372	48 438 836
<i>Passivos financeiros</i>					
Obrigações emitidas	(24 410 625)	(51 543 035)	(6 029 424)	(12 058 849)	(33 454 762)
Outros passivos*	(6 239 613)	(6 239 613)	(6 239 613)	-	-
Empréstimos de Accionistas	(19 880 000)	(19 880 000)	-	-	(19 880 000)
	(50 530 238)	(77 662 648)	(12 269 037)	(12 058 849)	(53 334 762)

* Outros passivos incluem valores a pagar a fornecedores, consultores, colaboradores e passivos de locação. O desfasamento de liquidez de curto prazo é mitigado pelo facto de os empréstimos dos acionistas e os outros financiamentos possuírem condições de pagamento flexíveis. Outros ativos incluem um depósito regulatório reembolsável efetuado junto do Banco Central no âmbito do licenciamento do Microbanco. O depósito não cumpre a definição de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que possui natureza restrita e não está disponível para utilização nas operações diárias do Microbanco.

A divulgação do exercício anterior foi atualizada para refletir os fluxos de caixa não descontados dos títulos de dívida emitidos, de forma a assegurar consistência com a apresentação do exercício corrente. Os empréstimos de acionistas no exercício anterior não venciam juros e, por isso, não originaram fluxos de caixa contratuais não descontados adicionais para além do montante principal em dívida.

Uma parte significativa das saídas de caixa contratuais do Microbanco está concentrada nos intervalos de maturidade de 1 a 3 anos e superior a 3 anos, principalmente relacionada com títulos de dívida emitidos e empréstimos de acionistas obtidos para apoiar as operações de concessão de crédito do Banco e as necessidades estratégicas de financiamento.

Os saldos incluídos no intervalo de maturidade de 1 a 3 anos referem-se principalmente ao pagamento de cupões e ao reembolso de títulos de dívida com vencimento durante este período, enquanto o intervalo superior a 3 anos compreende principalmente obrigações de longo prazo e financiamentos de acionistas com reembolso integral do capital no vencimento.

Embora estes intervalos de maturidade aparentem ser significativos devido à agregação do capital contratual e dos fluxos de caixa futuros de juros numa base não descontada, a gestão não considera que isto crie pressão imediata de liquidez. O perfil de reembolso destas obrigações está alinhado com as entradas de caixa esperadas geradas pela carteira de crédito subjacente e pela geração operacional de caixa projetada do Microbanco.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

B. Risco de Liquidez (Continuação)

ii. Análise da maturidade dos activos e passivos financeiros (continuação)

Com base nas projeções financeiras aprovadas e nos pressupostos orçamentais, a gestão espera que, até setembro de 2027, o Microbanco gere fluxos de caixa operacionais suficientes para financiar adequadamente as suas operações, cumprir as suas obrigações contratuais à medida que se vencem e suportar o reembolso dos títulos de dívida em circulação e dos empréstimos de acionistas sem criar pressão excessiva de liquidez.

O risco de liquidez é continuamente monitorizado através da previsão de fluxos de caixa, análise de gaps de maturidade e processos de gestão de tesouraria, de forma a garantir que seja mantida capacidade de financiamento suficiente e que as obrigações de refinanciamento e reembolso sejam cumpridas dentro de parâmetros de risco aceitáveis.

C. Risco de mercado

Para a definição de risco de mercado e informação sobre a forma como o Microbanco gere os riscos de mercado, ver Nota 23.4.

i. Exposição ao risco de taxa de juro

Apresenta-se de seguida um resumo da posição do gap de taxa de juro do Microbanco em carteiras que não são de negociação. O quadro do desvio de re-avaliação da taxa de juro analisa a estrutura a longo prazo dos desequilíbrios da taxa de juro dentro do balanço do Microbanco com base na data de vencimento, uma vez que todos os empréstimos têm taxas fixas. Os montantes apresentados na tabela abaixo não incluem comissões diferidas de agentes nem custos diferidos de emissão de obrigações corporativas, uma vez que estes constituem custos de transação diferidos como parte do cálculo da taxa de juro efetiva, correspondendo, respetivamente, a comissões pagas a agentes relacionadas com a originação de empréstimos e a custos diretamente atribuíveis à emissão de obrigações corporativas.

2025	Quantia escriturada bruta	1-12 meses	1 to 3 anos	3 anos ou mais
<i>Activos financeiros</i>				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	587 927 083	3 967 232	105 849 021	478 110 830
	587 927 083	3 967 232	105 849 021	478 110 830
<i>Passivos financeiros</i>				
Obrigações emitidas	(935 701 653)	(18 211 250)	(259 823 736)	(657 666 667)
Empréstimos de accionistas	(5 158 000)	-	-	(5 158 000)
Passivo de locação	(2 092 734)	(1 193 229)	(899 505)	-
	(942 952 387)	(19 404 479)	(260 723 241)	(662 824 667)

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

C. Risco de Mercado (continuação)

i. Exposição ao risco de taxa de juro (Continuação)

2024	Quantia escriturada bruta	1-12 meses	1 to 3 anos	3 anos ou mais
<i>Activos financeiros</i>				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	60 685 556	3 049 348	9 197 372	48 438 836
	60 685 556	3 049 348	9 197 372	48 438 836
<i>Passivos financeiros</i>				
Obrigações emitidas	(24 410 625)	-	-	(24 410 625)
Empréstimos de accionistas	(19 880 000)	-	-	(19 880 000)
Passivo de locação	(3 674 482)	(1 118 295)	(2 236 590)	(319 597)
	(47 965 107)	(1 118 295)	(2 236 590)	(44 610 222)

Análise de sensibilidade de taxa de juros

O quadro seguinte ilustra o impacto de uma eventual variação de 200 pontos de base na taxa de juro do Microbanco:

	2025	
	Impacto no resultado antes de impostos	Impacto no capital próprio após impostos
Variação da margem financeira (+200 pontos de base)	6 694 426	4 552 210
Variação da margem financeira (-200 pontos de base)	(6 694 426)	(4 552 210)
	2024	
	Impacto no resultado antes de impostos	Impacto no capital próprio após impostos
Variação da margem financeira (+200 pontos de base)	254 409	172 998
Variação da margem financeira (-200 pontos de base)	(254 409)	(172 998)

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

C. Risco de Mercado (continuação)

i. Exposição ao risco de taxa de juro (continuação)

A tabela acima ilustra o impacto no lucro antes de imposto e no capital próprio de uma alteração razoavelmente possível de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado aplicáveis à data de relato, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi preparada com base na exposição a ativos e passivos financeiros com taxa de juro variável existentes à data de relato e assume que a alteração nas taxas de juro ocorreu no início do período de relato e foi aplicada de forma consistente durante todo o ano.

Um movimento positivo de 200 pontos base representa um aumento nas taxas de juro, enquanto um movimento negativo de 200 pontos base representa uma redução nas taxas de juro. O impacto é principalmente impulsionado por alterações no rendimento de juros e nos gastos com juros decorrentes de empréstimos, financiamentos e outros instrumentos financeiros remunerados a taxa variável.

O impacto no capital próprio após imposto é calculado utilizando a taxa aplicável de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de 32%.

Não houve alterações nos métodos e pressupostos utilizados na preparação da análise de sensibilidade à taxa de juro em comparação com o exercício financeiro anterior.

ii. Exposição a riscos cambiais

À data de relato, não existiam exposições cambiais materiais.

D. Gestão do capital

i. Fundos próprios regulamentares

Os principais objectivos da gestão de capital do Microbanco são assegurar que:

- Microbanco cumpra com os requisitos de capital impostos externamente e definidos pelo Banco Central de Moçambique;
- Microbanco mantenha rácios de capital saudáveis para apoiar a sua actividade; e
- Microbanco tem capacidade para continuar como uma empresa em conformidade com o pressuposto de continuidade, de modo a poder continuar a proporcionar retornos e a maximizar o valor do acionista.

O capital regulamentar mínimo para Microbancos é de 5 000 000 MT, e o rácio mínimo de adequação de capital é de 8%. O Microbanco encontra-se em conformidade com o requisito de capital regulamentar mínimo, uma vez que o seu capital social ascende a 34 432 000 MT. No entanto, o Microbanco não se encontra em conformidade com o requisito do rácio mínimo de adequação de capital, conforme descrito na Nota 26.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
6. REVISÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

D. Gestão do capital

i. Fundos próprios regulamentares (continuação)

	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024	
	Montante	%	Montante	%
Capital	29 742 592	100%	9 647 403	100%
Fundos próprios de base de nível 1	27 225 540	91.54%	12 508 248	129.65%
Base (Nível 1)	24 577 358	82.63%	9 646 705	99.00%
Complementares	5 165 234	17.37%	0.70	0.01%
Risco de crédito	599 016 064		70 137 455	
No balanço	599 016 064		70 137 455	
Risco operacional	1 816 922		1 816 922	
Total dos riscos	600 832 986		71 954 377	
Rácio de solvabilidade				
Fundos próprios de base de nível 1		4.53%		17.38%
Capital de nível 1		4.09%		13.41%
Rácio mínimo exigido		8%		8%

7. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Determinação do justo valor e hierarquia do justo valor

O Microbanco mensura os justos valores utilizando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos dados utilizados para efetuar as mensurações:

Nível 1: Indicadores que são preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados activos para instrumentos idênticos.

Nível 2: Indicadores que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 e que sejam observáveis quer diretamente (ou seja, como preços) quer indiretamente (ou seja, derivados de preços). Esta categoria inclui instrumentos avaliados utilizando: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos semelhantes; preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados considerados menos activos; ou outras técnicas de avaliação em que todos os dados significativos são direta ou indiretamente observáveis a partir de informações de mercado.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

7. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONTINUAÇÃO)

Nível 3: Dados não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos para os quais a técnica de avaliação inclui factores que não são observáveis e os factores não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em preços cotados para instrumentos semelhantes para os quais são necessários ajustamentos ou pressupostos não observáveis significativos para refletir as diferenças entre os instrumentos.

Instrumentos financeiros não mensurados pelo justo valor

A administração avaliou que todos os instrumentos financeiros, têm quantia escrituradas que se aproximam dos seus justos valores.

2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total quantia escriturada
<i>Activos</i>				
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	-	-	579 730 256	579 730 256
Outros adiantamentos	-	-	495 610	495 610
Caixa e equivalentes de caixa	-	123 031 283	-	123 031 283
	-	123 031 283	580 225 866	703 257 149
<i>Passivos</i>				
Obrigações emitidas	-	-	(935 701 653)	(935 701 653)
Outros empréstimos	-	-	(5 158 000)	(5 158 000)
Passivo de imposto corrente	-	-	(518 687)	(518 687)
Outros passivos	-	(2 092 734)	(6 087 001)	(8 179 735)
	-	(2 092 734)	(947 465 341)	(949 558 076)

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e outros adiantamentos são classificados no Nível 3 da hierarquia de justo valor. Os seus justos valores são determinados utilizando técnicas de fluxo de caixa descontado, aplicando taxas de juro de mercado atuais para operações de crédito semelhantes, ajustadas para perdas de crédito esperadas e risco de crédito específico do mutuário. Para empréstimos com taxa variável que são reajustados frequentemente às taxas de mercado, a gestão considera que o valor contabilístico se aproxima do justo valor, uma vez que não houve alteração significativa no risco de crédito ou nos spreads de mercado desde o reconhecimento inicial.

Os títulos de dívida emitidos e os empréstimos de acionistas são classificados no Nível 3. Os seus justos valores são estimados utilizando modelos de fluxo de caixa descontado com base nos fluxos de caixa contratuais futuros esperados, descontados utilizando taxas de mercado atuais aplicáveis a instrumentos financeiros semelhantes. Quando estes passivos apresentam taxas de juro variáveis, prazos remanescentes curtos, ou foram emitidos em condições de mercado sem alterações significativas nas condições de mercado desde o reconhecimento inicial, a gestão considera que o valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Caixa e equivalentes de caixa são classificados no Nível 2 e os seus valores contabilísticos aproximam-se do justo valor devido aos seus prazos de curto prazo, elevada liquidez e risco insignificante de alterações de valor.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

7. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONTINUAÇÃO)

Outros ativos e outros passivos consistem principalmente em saldos de curto prazo que se espera serem realizados ou liquidados num curto período. Consequentemente, os seus valores contabilísticos são considerados uma aproximação razoável do justo valor devido à exposição limitada ao risco de crédito e às flutuações das taxas de juro.

Quando os passivos financeiros são reembolsáveis à vista ou possuem maturidades contratuais curtas, o valor contabilístico é considerado como uma aproximação do justo valor.

Não houve alterações nas técnicas de valorização, pressupostos significativos ou classificações da hierarquia de justo valor utilizadas durante o exercício corrente em comparação com o exercício anterior.

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total quantia escriturada
Activos				
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	-	-	55 618 173	55 618 173
Outros adiantamentos	-	-	934 557	934 557
Caixa e equivalentes de caixa	-	1 524 537	-	1 524 537
	-	1 524 537	56 618 173	59 370 649
Passivos				
Obrigações emitidas	-	-	(24 410 625)	(24 410 625)
Empréstimos de accionistas	-	-	(19 880 000)	(19 880 000)
Passivo de imposto corrente	-	-	(518 688)	(518 688)
Outros passivos	-	(3 674 482)	(2 618 875)	(6 293 357)
	-	(3 674 482)	(47 428 188)	51 102 670

8. Juros e rendimentos similares	2025 MT	2024 MT
Juros e rendimentos similares		
Juros e rendimentos similares de empréstimos e adiantamentos a clientes	134 656 973	26 837 080
Juros e rendimentos similares calculados segundo o método do juro efectivo	134 656 973	26 837 080
Juros e gastos similares		
Obrigações emitidas	(94 756 028)	(3 812 875)
Juros sobre passivos de locação (Nota 21)	(570 094)	(780 051)
Total de Juros e gastos similares	(95 326 122)	(4 592 926)
Margem financeira líquida	39 330 851	22 244 154

Os montantes reportados acima incluem rendimentos de juros e gastos com juros, calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

9. Resultados de serviços e comissões	2025	2024
	MT	MT
Rendimentos com serviços e comissões (i)	652 124	490 998
Gastos com serviços e comissões (ii)	(37 062 758)	(1 811 911)
Resultados de serviços e comissões	(36 410 634)	(1 320 913)

(i) Rendimentos com serviços e comissões

Na tabela seguinte, os rendimentos serviços e comissões de contratos com clientes no âmbito da NIRF 15 são desagregados pelos principais tipos de comissões:

Taxas de cobrança	224 700	404 260
Taxas de liquidação antecipada	61 786	86 738
Comissões de intermediação de seguros de crédito	365 638	-
Total dos rendimentos com serviços e comissões de contrato com clientes	652 124	490 998

Os rendimentos do serviço e comissões de contratos com clientes são mensurados com base na retribuição especificada no contrato com cada cliente. O ServCred reconhece o réditto quando um serviço é prestado.

Estas comissões baseadas na transação são cobradas na conta do cliente quando a transação.

(ii) Gastos com serviços e comissões

Comissões de agentes de crédito	11 230 590	1 015 833
Garantiras e outros	25 832 168	796 078
	37 062 758	1 811 911

Os gastos com serviços e comissões incluem a amortização de comissões diferidas, que representa o reconhecimento sistemático em resultados dos custos incrementais previamente incorridos e capitalizados como parte do cálculo da taxa de juro efetiva. Estes custos são inicialmente reconhecidos como um ativo e posteriormente amortizados em resultados ao longo do período a que dizem respeito, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Tais gastos incluem comissões pagas a agentes de vendas relacionadas com a originação de empréstimos, bem como custos incorridos na emissão de obrigações corporativas. A amortização das comissões relacionadas com a originação de empréstimos é reconhecida proporcionalmente ao rendimento de juros reconhecido dos respetivos empréstimos, enquanto a amortização dos custos associados à emissão de obrigações corporativas é reconhecida proporcionalmente ao gasto com juros reconhecido nas respetivas obrigações, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

9.1. Rendimentos com serviços e comissões

2025
MT

2024
MT

Os rendimentos de comissões e honorários provenientes de contratos com clientes são mensurados com base na contraprestação especificada num contrato com o cliente. O Microbanco reconhece o rendimento quando transfere o controlo de um serviço para o cliente.

A tabela seguinte apresenta informação sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo os termos significativos de pagamento, bem como as respetivas políticas de reconhecimento de rendimento.

Tipo de serviço	Natureza e momento da satisfação das obrigações de desempenho, incluindo termos significativos de pagamento	Políticas de reconhecimento de rendimento ao abrigo da NIRF 15
Taxas de cobrança	O Microbanco cobra taxas de cobrança aos seus clientes relacionadas com empréstimos deduzidos na fonte através do CEDSIF (o agente de pagamento do governo). A taxa de cobrança é deduzida juntamente com a prestação do empréstimo no momento em que a prestação é cobrada pelo CEDSIF e subsequentemente alocada ao Microbanco. O pagamento é, portanto, recebido simultaneamente com a cobrança da prestação do empréstimo.	O rendimento relacionado com a transação é reconhecido num determinado momento, quando a transação ocorre.
Taxas de liquidação antecipada	O Microbanco cobra penalidades aos clientes pela liquidação antecipada de empréstimos. Estas taxas são cobradas quando um cliente decide liquidar um empréstimo antes da sua data de vencimento contratual. O pagamento é devido imediatamente após a liquidação do empréstimo.	O rendimento relacionado com a transação é reconhecido num determinado momento, quando a transação ocorre.
Comissões de intermediação de seguros de crédito	O Microbanco atua como intermediário entre os clientes e a seguradora, facilitando a cobertura de seguro de crédito associada aos empréstimos concedidos aos clientes. O Microbanco auferir comissões da seguradora por cada empréstimo em que a cobertura de seguro é organizada com sucesso. O pagamento é recebido com base na colocação bem-sucedida da apólice de seguro.	O rendimento relacionado com a transação é reconhecido num determinado momento, quando a transação ocorre.

2025

2024

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

10. Gastos administrativos e gerais	MT	MT
Depreciação e amortização	4 652 498	4 015 920
Custos com pessoal	23 823 920	6 118 418
Gastos de escritório e de funcionamento	9 509 130	4 674 630
Honorários legais e profissionais	13 080 021	9 465 331
Honorários de marketing	3 237 331	298 039
Outros gastos	11 610 932	1 566 311
Gastos com seguros de crédito	2 257 616	-
	<u>68 171 448</u>	<u>26 138 649</u>

Incluídos nos honorários legais e profissionais estão os honorários de auditoria no montante de 2 222 581 MT (2024: 2 544 964 MT), relativos à auditoria legal das demonstrações financeiras anuais realizada pelos auditores externos independentes, bem como os honorários referentes aos serviços do Conselho Fiscal.

11. Impostos

Rendimentos de impostos sobre os resultados do exercício		
- Imposto corrente (nota 11.1)	-	-
- Imposto diferido (nota 11.2)	15 623 097	97 471
	<u>15 623 097</u>	<u>97 471</u>

11.1. Reconciliação do imposto a pagar

Saldo em 01 de Janeiro	518 688	1 576 047
Imposto sobre rendimento adicional	-	984 571
Impostos pagos	(30 000)	(2 041 930)
Imposto a pagar	<u>488 688</u>	<u>518 688</u>

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

11.2. Reconciliação da taxa de imposto	2025		2024	
	MT		MT	
	<u>(72 088 401)</u>		<u>(5 657 036)</u>	
Resultado antes do imposto				
Imposto corrente a 32%	(32%)	(23 068 288)	(32%)	(1 810 252)
Depreciações não aceites fiscalmente	(1%)	847 817	(4%)	219 960
Provisões não dedutíveis	0%	347 131	(1%)	43 194
Despesas de publicidade acima dos limites legais	(6%)	4 454 493	0%	8 312
Custos associados à emissão de obrigações corporativas	(24%)	17 566 533	0%	-
Multas e juros compensatórios	0%	18 994	0%	1 121
80% das despesas de representação	0%	4 926	0%	6 358
Combustível consumido em excesso	0%	500	0%	960
50% dos custos incorridos com viaturas ligeiras de passageiros	0%	1 150	0%	-
Depreciação dos ativos sob direito de uso	0%	201 584	(1%)	66 774
50% das ajudas de custo e quilómetros	0%	114 560	0%	-
Impostos e outros encargos suportados por terceiros	0%	146 512		-
Outras deduções / (custos)	(1%)	(635 912)	(26%)	1 463 573
Total do gasto com imposto sobre o rendimento	0%	-	0%	-

A taxa efetiva de imposto difere da taxa estatutária de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de 32%, principalmente devido a determinados gastos que não são integralmente dedutíveis para efeitos fiscais ao abrigo da legislação tributária aplicável. O item de reconciliação mais significativo refere-se aos custos associados à emissão de obrigações corporativas, dos quais apenas um terço é dedutível para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, resultando numa diferença fiscal permanente significativa e num aumento da taxa efetiva de imposto.

Outros itens de reconciliação incluem despesas de publicidade que excedem o limite legal dedutível, depreciações e provisões não aceites para efeitos fiscais, bem como determinados gastos administrativos sujeitos a limitações de dedutibilidade parcial, tais como despesas de representação, custos relacionados com viaturas, ajudas de custo e outras despesas associadas a viaturas.

A Autoridade Tributária Moçambicana não confirma a provisão ou a liquidação do imposto. Estas avaliações permanecem em aberto durante um período de 5 anos, durante o qual as autoridades fiscais podem avaliá-las ou examiná-las. Os administradores são de opinião que não resultará qualquer ajustamento significativo dessas avaliações por parte das autoridades tributárias.

A nota do exercício anterior foi revista com o objetivo de melhorar a apresentação da taxa efetiva total de imposto, dado que, no exercício anterior, esta foi preparada essencialmente para refletir o prejuízo fiscal incorrido durante o exercício financeiro.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

11.3. Movimento no activo por imposto diferido

2025	Saldo de abertura	Reconhecimento na demonstração de lucros ou prejuízos	Activo por imposto Diferido
	MT	MT	MT
Prejuízos fiscais	1 463 572	15 475 617	16 939 189
NIRF 16 - Locações	147 893	147 480	295 373
Total	1 611 465	15 623 097	17 234 562

2024	Saldo de abertura	Reconhecimento/(Desreconhecimento) na demonstração de lucros ou prejuízos	Activo por imposto Diferido
	MT	MT	MT
Perdas esperadas de crédito	1 534 961	(1 534 961)	-
Prejuízos fiscais	-	1 463 572	1 463 572
NIRF 16 - Locações	(20 967)	168 860	147 893
Total	1 513 994	97 471	1 611 465

12. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
	MT	MT
Disponibilidades junto de outros bancos	123 031 283	1 524 537
	123 031 283	1 524 537

O Microbanco detinha 123 031 283 MT em dinheiro no banco em 31 de Dezembro de 2025 (2024: 1 524 537 MT). As disponibilidades são detidas por instituições financeiras contrapartes com presença regional em África e com boas notações de crédito a nível regional. O caixa e equivalentes de caixa são considerados como pertencentes à categoria de qualidade de crédito “Forte”, devido à baixa probabilidade de incumprimento associada às contrapartes. Estes saldos são normalmente mantidos junto do Banco de Moçambique e de bancos comerciais estabelecidos, com posições de liquidez sólidas e forte supervisão regulatória. Consequentemente, estas exposições são classificadas como Grau 1 (Exposições fortes – performantes, com baixo risco de crédito e sem situação de atraso).

Embora a NIRF 9 exija que as perdas de crédito esperadas sejam avaliadas para caixa e equivalentes de caixa mensurados ao custo amortizado, a PCE resultante destes saldos é considerada imaterial e, por isso, não foi reconhecida qualquer imparidade material. Isto deve-se ao facto de:

- os saldos serem mantidos junto de instituições financeiras altamente classificadas e reguladas;
- a probabilidade de incumprimento ser avaliada como muito baixa;
- não existir histórico de incumprimento ou deterioração significativa do risco de crédito destas contrapartes; e
- as exposições serem, em geral, de curto prazo, reduzindo a exposição global à perda.

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

12. Caixa e equivalentes de caixa (continuação)

Com base na avaliação da gestão, as perdas de crédito esperadas de 12 meses associadas a estes saldos são insignificantes e não têm um impacto material nas demonstrações financeiras.

	2025	2024
	MT	Reexpresso MT
13. Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	587 927 083	60 685 556
Imparidade (Para a movimentação, consulte a Nota 6 A (iii))	(8 196 827)	(5 067 383)
Quantia escriturada	579 730 256	55 618 173
Comissões diferidas de agentes ¹ (a)	91 530 041	6 729 148
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	671 260 297	62 347 321
<i>Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes - análise de maturidade</i>		
Até 1 ano	3 967 232	3 049 348
Um a 3 anos	105 849 021	9 197 372
Três a 5 anos	390 243 511	48 299 596
Mais de 5 anos	87 867 319	139 240
	587 927 083	60 685 556

¹Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.

- a) As comissões diferidas representam custos incrementais incorridos e pagos relacionados com a originação de empréstimos que ainda não foram reconhecidos na demonstração de resultados. Estes custos são inicialmente reconhecidos como um ativo e posteriormente amortizados em resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida como parte dos gastos com comissões, proporcionalmente ao rendimento de juros reconhecido dos ativos financeiros relacionados. Estas comissões referem-se principalmente a honorários pagos a agentes de vendas pela originação de empréstimos.

13.1 Outros adiantamentos

Outros adiantamentos a partes relacionadas (Nota 22)	180 000	-
Outros adiantamentos (i)	639 000	639 000
	819 000	639 000
 (i) Outros adiantamentos:		
Depósitos de renda - sede de Lichinga & Glória Mall	639 000	639 000
	639 000	639 000

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

14. Outros activos¹

Gastos diferidos	742 902	-
Outros	495 610	1 230 260
	<hr/> 1 238 512 <hr/>	<hr/> 1 230 260 <hr/>

¹Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

15. Propriedade e equipamento	Equipamento informático	Mobiliário e acessórios	Equipamento de escritório	Benfeitorias em locações	Viaturas	Activos de direito de uso	Activos em construção	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Custo								
Saldo em 01 de Janeiro de 2024	509 909	1 513 686	1 162 660	1 857 151	599 097	5 751 332	1 728 695	13 122 530
Adições	259 904	369 845	352 547	358 981	-	-	-	1 341 277
Transferências	-	-	-	1 728 695	-	-	(1 728 625)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	769 813	1 883 531	1 515 207	3 944 827	599 097	5 751 332	-	14 463 807
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	769 813	1 883 531	1 515 207	3 944 827	599 097	5 751 332	-	14 463 807
Adições	3 651 345	568 135	171 368	487 055	400 000	-	75 800	5 353 703
Realocações e ajustamentos	148 591	-	30 499	(180 921)	-	-	-	(1 831)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	4 569 749	2 451 666	1 717 074	4 250 961	999 097	5 751 332	75 800	19 815 679
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01 de Janeiro de 2024	(368 444)	(346 031)	(219 925)	(458 769)	(299 548)	(958 555)	-	(2 651 272)
Depreciações do exercício	(184 303)	(570 816)	(425 682)	(682 276)	(149 774)	(1 580 457)	-	(3 593 308)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(552 747)	(916 847)	(645 607)	(1 141 045)	(449 322)	(2 539 012)	-	(6 244 580)
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	(552 747)	(916 847)	(645 607)	(1 141 045)	(449 322)	(2 539 012)	-	(6 244 580)
Depreciações do exercício	(603 671)	(666 945)	(519 614)	(794 567)	(103 901)	(1 580 457)	-	(4 269 155)
Realocações e ajustamentos	(27 731)	(13 453)	(719)	118 622	(74 888)	-	-	1 831
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(1 184 149)	(1 597 245)	(1 165 940)	(1 816 990)	(628 111)	(4 119 469)	-	(10 511 904)
Quantia escriturada								
Em 01 de Janeiro de 2024	141 465	1 167 655	942 735	1 398 382	299 549	4 792 777	1 728 695	10 471 258
Em 31 de Dezembro de 2024	217 066	966 684	869 600	2 803 782	149 775	3 212 320	-	8 219 227
Em 31 de Dezembro de 2025	3 385 600	854 421	551 134	2 433 971	370 986	1 631 863	75 800	9 303 775

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

16. Activos intangíveis	Marcas e Patentes MT	Software MT	Custos de constituição MT	Total MT
Custo				
Saldo em 01 de Janeiro de 2024	18 338	448 648	3 295 352	3 762 338
Adições	25 163	-	-	25 163
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	43 500	448 648	3 295 352	3 787 500
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	43 500	448 648	3 295 352	3 787 500
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	43 500	448 648	3 295 352	3 787 500
Amortizações acumuladas				
Saldo em 01 de Janeiro de 2024	(7 545)	(255 131)	-	(262 676)
Amortizações do exercício	(3 344)	(89 730)	(329 538)	(422 612)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(10 889)	(344 861)	(329 538)	(685 288)
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	(10 889)	(344 861)	(329 538)	(685 288)
Amortizações do exercício	(4 350)	(49 459)	(329 534)	(383 343)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(15 239)	(394 320)	(659 072)	(1 068 631)
Quantia escriturada:				
Em 01 de Janeiro de 2024	10 793	193 517	3 295 352	3 499 662
Em 31 de Dezembro de 2024	32 611	103 787	3 295 352	3 102 213
Em 31 de Dezembro de 2025	28 261	54 328	2 636 280	2 718 869

17. Capital social

Capital social autorizado e emitido

	%	2025 MT	%	2024 MT
Frederico Muianga	1.5%	516 000	1.5%	150 000
Sérgio Matsinhe	1.5%	516 000	1.5%	150 000
Blessing Nyakubaya	97%	33 400 000	97%	9 700 000
	100%	34 432 000	100%	10 000 000

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Durante o exercício, o capital social do Microbanco aumentou em 24 432 000 MT, composto por:

- MZN 23 700 000 resultantes da conversão de capital suplementar anteriormente aportado pelo acionista maioritário, Blessing Nyakubaya, e MZN 250 000 por Frederico Muianga, em capital social. No final de 2024, esta conversão permanecia sujeita à aprovação do Banco Central, a qual foi obtida em 17 de Abril de 2025. O saldo remanescente (MZN 482 000) resultou de contribuições adicionais de capital efetuadas pelos acionistas minoritários, Sérgio Matsinhe e Frederico Muianga, as quais foram igualmente aprovadas pelo Banco Central em 17 de Abril de 2025.

Capital Suplementar – Blessing Nyakubaya	34 842 000	23 700 000
--	-------------------	------------

O capital suplementar representa o aumento do capital social, sujeito à aprovação prévia do Banco Central. À data de relato, tal aprovação ainda não havia sido obtida.

O saldo divulgado no exercício anterior foi convertido em capital social após a aprovação do Banco Central em 17 de Abril de 2025.

Adicionalmente, a informação comparativa de 2024 foi ajustada para corrigir a alocação de 500 000 MT, que havia sido anteriormente atribuída a Frederico Muianga, mas que dizia respeito a uma contribuição de capital efetuada por Blessing Nyakubaya. Assim, os valores comparativos foram ajustados para refletir a correta alocação por acionista.

Durante o exercício, em 8 de Dezembro de 2025, os acionistas aprovaram uma conversão adicional de capital no montante de MZN 34 842 000 MT por Blessing Nyakubaya. Uma vez que a aprovação do Banco Central ainda não havia sido obtida à data do final do exercício, este montante continua classificado como capital suplementar.

	<u>69 274 000</u>	<u>23 700 000</u>
18. Outros passivos	2025	2024
	MT	MT
Contas a pagar a fornecedores	1 598 054	544 831
Contas a pagar ao Estado	2 070 625	706 242
Provisão para férias	601 392	371 880
Passivo de locação (Nota 21)	2 092 734	3 674 482
Outros	1 816 930	942 178
	<u>8 179 735</u>	<u>6 239 613</u>

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

19. Obrigações emitidas

Ao custo amortizado	935 701 653	24 410 625
Custos diferidos de emissão de obrigações corporativas ¹ (a)	(137 852 303)	(7 196 732)
	797 849 350	17 213 893

¹Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.

- (a) Os custos diferidos relacionados com a emissão de obrigações corporativas representam custos incrementais incorridos e pagos no âmbito da emissão de obrigações corporativas que ainda não foram reconhecidos na demonstração de resultados. Estes custos são inicialmente reconhecidos como um ativo e posteriormente amortizados em resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida como parte dos custos financeiros, proporcionalmente ao gasto com juros reconhecido nas respetivas obrigações corporativas.

Reconciliação da taxa das obrigações corporativas ao custo amortizado

A taxa variável	917 490 403	21 508 375
A taxa fixa	18 211 250	2 902 250
	935 701 653	24 410 625

O Microbanco emitiu as seguintes obrigações corporativas:

Descrição	Nr. de obrigações	Valor nominal	Montante de emissão	Taxa de juro	Data de Emissão	Data de maturidade
Obrigações ServCred 2024 – Série 1	235 000	100	23 500 000	PLRSF+2%	29-Abr-2024	2- Abr-2028
Papel Comercial ServCred 2025 – Série 1	170 000	100	17 000 000	22.5%	7-Mar-2025	7-Mar-2026
Obrigações ServCred 2025 – Série 1	2 000 000	100	200 000 000	PLRSF+2%	12-Maio-2025	12-Maio-2027
Obrigações ServCred 2025 – Série 2	300 000	100	30 000 000	PLRSF+2%	16-Maio-2025	16-Maio-2027
Obrigações ServCred 2025 – Série 3	6 000 000	100	600 000 000	PLRSF+2%	8-Jul-2025	8-Jul-2030
			870 500 000			

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

19. Obrigações emitidas (continuação)

Abaixo apresenta-se a movimentação dos títulos de dívida em circulação:

Descrição	Saldo inicial	Títulos de dívida emitidos durante o ano	Despesa com juros	Pagamento de juros	Saldo final
Obrigações ServCred 2024 – Série 1	24 410 625	-	4 890 611	(5 052 500)	24 248 736
Papel Comercial ServCred 2025 – Série 1	-	17 000 000	3 123 750	(1 912 500)	18 211 250
Obrigações ServCred 2025 – Série 1	-	200 000 000	25 400 000	(20 500 000)	204 900 000
Obrigações ServCred 2025 – Série 2	-	30 000 000	3 675 000	(3 000 000)	30 675 000
Obrigações ServCred 2025 – Série 3	-	600 000 000	57 666 667	-	657 666 667
	24 410 625	847 000 000	94 756 028	(30 465 000)	935 701 653

Abaixo apresenta-se a reconciliação entre o valor nominal e os juros acumulados dos títulos de dívida em circulação:

Descrição	2025			2024		
	Valor nominal	Juros acumulados	Valor contabilístico	Valor nominal	Juros acumulados	Valor contabilístico
Obrigações ServCred 2024 – Série 1	23 500 000	748 736	24 248 736	23 500 000	910 625	24 410 625
Papel Comercial ServCred 2025 – Série 1	17 000 000	1 211 250	18 211 250	-	-	-
Obrigações ServCred 2025 – Série 1	200 000 000	4 900 000	204 900 000	-	-	-
Obrigações ServCred 2025 – Série 2	30 000 000	675 000	30 675 000	-	-	-
Obrigações ServCred 2025 – Série 3	600 000 000	57 666 667	657 666 667	-	-	-
	870 500 000	65 201 653	935 701 653	23 500 000	910 625	24 410 625

O Microbanco não registou qualquer incumprimento de capital ou juros ou outros incumprimentos relativamente a estes títulos de dívida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 (2024: sem incumprimentos).

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

20. Empréstimo de accionistas	2025	2024
	MT	MT
Blessing Nyakubaya (i)	5 158 000	19 630 000
Frederico Muianga	-	250 000
	5 158 000	19 880 000

- (i) Trata-se de um contrato de empréstimo subordinado celebrado em 22 de Janeiro de 2025. As prestações de capital e juros do empréstimo são pagáveis semestralmente e postecipadamente ao longo do prazo do empréstimo, em 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano. O empréstimo vence juros à taxa *Prime Lending Rate* do setor financeiro moçambicano, acrescida de um spread de 4% ao ano. O empréstimo não será reembolsado durante os primeiros cinco (5) anos, salvo se o Mutuário optar por o fazer por sua exclusiva iniciativa e sujeito à correspondente aprovação do Banco de Moçambique.

O Mutuante declarou e reconheceu que não serão devidos nem pagáveis juros relativamente ao exercício de 2025, e que o reconhecimento e qualquer eventual pagamento de juros terão início apenas no exercício de 2026, nas datas semestrais contratualmente acordadas, nomeadamente 30 de Junho e 31 de Dezembro.

Abaixo apresenta-se a movimentação dos empréstimos dos acionistas durante o exercício:

Descrição	31-Dez-2024	Adições ao longo do exercício	Conversão para capital suplementar	Conversão para capital social	31-Dez-2025
Blessing Nyakubaya	19 630 000	20 370 000	(34 842 000)	-	5 158 000
Frederico Muianga	250 000	-	-	(250 000)	-
	19 880 000	20 370 000	(34 842 000)	(250 000)	5 158 000

A conversão dos empréstimos dos acionistas em capital suplementar de Blessing Nyakubaya, no montante de 34 842 000 MT, durante o exercício, foi efetuada em 8 de Dezembro de 2025, após a aprovação pelos acionistas de uma contribuição adicional de capital no mesmo montante por parte de Blessing Nyakubaya. Como a aprovação do Banco Central ainda não havia sido obtida no final do exercício, este montante foi classificado como capital suplementar até que tal aprovação fosse concedida.

A conversão do empréstimo do acionista Frederico Muianga em capital social, no montante de 250 000 MT, durante o exercício, foi efetuada em 17 de Abril de 2025, após a aprovação do Banco Central.

21. Locações

A Empresa arrenda as instalações da sede e uma sucursal. Os contratos de arrendamento têm uma duração de 3 a 5 anos, com opção de renovação.

Os activos de direito de uso relacionados com as locações estão incluídos nos activos tangíveis.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

21. Locações (continuação)

	2025 MT	2024 MT
Saldo em 01 Janeiro	3 212 320	4 792 777
Depreciações do exercício	<u>(1 580 457)</u>	<u>(1 580 457)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 631 863</u>	<u>3 212 320</u>

Montante reconhecido na demonstração de lucros ou prejuízos

Juros sobre o passivo de locação	570 094	780 051
Depreciação de activos de direito de uso	<u>1 580 457</u>	<u>1 580 457</u>
	<u>2 150 551</u>	<u>2 360 508</u>

A reconciliação do passivo de locação é como se segue:

Saldo em 01 Janeiro	3 674 482	5 046 272
Pagamentos	<u>(2 151 842)</u>	<u>(2 151 841)</u>
Juros sobre o passivo de locação	570 094	780 051
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2 092 734</u>	<u>3 674 482</u>

A tabela seguinte apresenta a análise de maturidade dos passivos de locação com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados, incluindo encargos financeiros futuros, em 31 de dezembro de 2025:

Passivo de locação	Menos de 1 ano	1 – 2 anos	Total
Pagamentos	1 525 920	1 050 000	2 575 920
Gastos financeiros	332 691	150 494	483 185
Total dos passivos de locação não descontados	<u>1 858 611</u>	<u>1 200 494</u>	<u>3 059 105</u>

22. Partes relacionadas

Seguem-se as transacções e os saldos com partes relacionadas:

	2025 MT	2024 MT
<u>Empréstimos a accionistas</u>		
Frederico Muianga	180 000	-
	<u>180 000</u>	<u>-</u>
<u>Empréstimos de accionistas</u>		
Blessing Nyakubaya	5 158 000	19 630 000
Frederico Muianga	-	250 000
	<u>5 158 000</u>	<u>19 880 000</u>

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

22. Partes relacionadas (continuação)

Outros passivos

Blessing Nyakubaya	<u>28 175</u>	-
	<u>28 175</u>	-

Gestores-chave

O pessoal-chave da gestão é constituído pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das actividades do Microbanco, direta ou indiretamente. Estas incluem os administradores (executivos e não executivos) e a gestão sénior.

A remuneração do pessoal-chave da gestão durante o exercício foi a seguinte:

Benefícios de curto prazo do pessoal-chave da gestão	<u>6 721 199</u>	<u>1 478 000</u>
	<u>6 721 199</u>	<u>1 478 000</u>

Para além dos benefícios de curto prazo do pessoal-chave da gestão, não foram incorridos quaisquer outros gastos nem foi recebido qualquer rendimento de partes relacionadas através da demonstração de lucros ou prejuízos durante o exercício.

Entidade com acionista comum

Durante o exercício, o Microbanco incorreu em gastos operacionais com a Benlor Consulting, uma entidade sob propriedade comum através do acionista Blessing Nyakubaya, relacionados com honorários de contabilidade, subscrições de software e reembolsos de custos de escritório, no montante de MZN 7 742 805 (2024: MZN 1 408 048). No final do exercício, não existiam saldos pendentes no balanço relacionados com a Benlor Consulting (2024: Nulo).

23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

23.1. Introdução

O Microbanco está exposto aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco do mercado; e
- Risco operacional.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

i. Estrutura de gestão de riscos

Os Administradores têm a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar o quadro de gestão de riscos do Microbanco.

Uma boa gestão do risco é essencial para o sucesso do Microbanco e desempenha um papel crucial ao permitir que a gestão funcione de forma mais eficaz num ambiente em mudança. Tornou-se uma das principais capacidades do Microbanco e é parte integrante da avaliação de alternativas estratégicas e da definição de objectivos, tudo no âmbito de um quadro de gestão do risco.

O Conselho de Administração é, em última análise, responsável por qualquer perda sofrida pelo Microbanco. A assunção de riscos de forma adequada é parte integrante da actividade empresarial e o êxito depende da optimização do compromisso entre risco e recompensa. Os riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que o Microbanco está exposto são riscos financeiros, que incluem o risco de crédito, o risco de liquidez e os riscos de mercado.

23.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Microbanco vir a sofrer perdas financeiras caso qualquer dos seus clientes, mutuários ou contrapartes de mercado não cumpra as suas obrigações contratuais perante o Microbanco. O risco de crédito a que o Microbanco está exposto decorre principalmente de empréstimos e adiantamentos ao consumo e de saldos bancários. O Microbanco dispõe de políticas, procedimentos e processos dedicados ao controlo e monitorização do risco decorrente de todas estas actividades.

Gestão do risco de crédito

A exposição ao risco, com base no perfil de crédito do Microbanco, é monitorizada e gerida através do acompanhamento das exposições vencidas. O Microbanco monitoriza as concentrações do risco de crédito que surgem por tipo de cliente em relação aos seus empréstimos e adiantamentos a clientes, mantendo uma carteira equilibrada.

O Conselho de Administração criou o Comité de Crédito para a supervisão do risco de crédito. Um departamento de Crédito separado, que reporta ao Comité, é responsável pela gestão do risco de crédito do Microbanco, incluindo o seguinte:

- **Formulação de políticas de crédito** em consulta com os departamentos, abrangendo requisitos de garantias, avaliação de crédito, classificação de risco e reporte, procedimentos documentais e legais, e conformidade com requisitos regulamentares e estatutários
- **Estabelecimento da estrutura de autorização** para a aprovação e renovação de facilidades de crédito. Os limites de autorização são atribuídos aos Oficiais de Crédito das unidades de negócio. Facilidades de maior dimensão requerem a aprovação do Responsável de Crédito, conforme apropriado.
- **Revisão e avaliação do risco de crédito:** o departamento de Crédito avalia todas as exposições de crédito acima dos limites definidos, antes de as facilidades serem concedidas aos clientes. As renovações e revisões das facilidades estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- **Limitação das concentrações de exposição** por contrapartes e geografias.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

23.2. Risco de crédito (continuação)

- **Desenvolvimento e manutenção das classificações de risco do Microbanco** para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. O atual quadro de classificação de risco encontra-se descrito na Nota 6A. A responsabilidade pela atribuição das classificações de risco cabe ao executivo ou comitê com competência final de aprovação, conforme apropriado. As classificações de risco estão sujeitas a revisões regulares pela área de Risco do Microbanco.
- **Desenvolvimento e manutenção dos processos do Microbanco para mensuração das perdas de crédito esperadas (PEC)**. Isto inclui processos para:
 - aprovação inicial, validação regular e testes retrospectivos dos modelos utilizados;
 - determinação e monitorização de aumentos significativos do risco de crédito; e
 - incorporação de informação prospectiva.
- **Revisão da conformidade** do Microbanco com os limites de exposição acordados, incluindo os relativos a setores selecionados, risco-país e produto. Relatórios regulares sobre a qualidade de crédito da carteira são fornecidos à área de Crédito, a qual poderá exigir a adoção de medidas corretivas adequadas. Estes incluem relatórios contendo estimativas das imparidades por perdas de crédito esperadas (PEC).

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para os activos financeiros reconhecidos na demonstração da posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual a quantia escriturada.

23.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Microbanco vir a encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações associadas aos seus passivos financeiros, as quais são liquidadas mediante a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro. O risco de liquidez surge de desencontros no momento e nos montantes dos fluxos de caixa, o que é inerente às operações do Microbanco.

Gestão do risco de liquidez

O Conselho de Administração do Microbanco define a estratégia de gestão do risco de liquidez, sendo a supervisão da sua implementação administrada pelo próprio Conselho de Administração. O Conselho aprova as políticas e procedimentos de liquidez do Microbanco elaborados pelo ALCO. O Departamento Financeiro gere a posição de liquidez do Microbanco no dia a dia e revê relatórios diários que cobrem a posição de liquidez.

A abordagem do Microbanco à gestão da liquidez consiste em assegurar, na medida do possível, que disponha sempre de liquidez suficiente para cumprir as suas responsabilidades quando estas se vencem, tanto em condições normais como em cenários de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação do Microbanco.

Os principais elementos da estratégia de liquidez do Microbanco são os seguintes:

- Manutenção de uma base de financiamento diversificada, composta por empréstimos de acionistas e títulos de dívida.
- Manutenção de uma carteira de ativos altamente líquidos, diversificada por maturidade.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

- Monitorização dos desencontros de maturidade, das características comportamentais dos ativos e passivos financeiros do Microbanco, e do grau em que os ativos do Microbanco se encontram onerados e, por conseguinte, indisponíveis como potencial colateral para obtenção de financiamento.
- Realização de testes de esforço sobre a posição de liquidez do Microbanco face a várias exposições e eventos específicos do país.

São realizados testes regulares de esforço de liquidez sob uma variedade de cenários que abrangem tanto condições normais como condições de mercado mais severas. Os cenários são desenvolvidos tendo em consideração tanto eventos específicos do Microbanco (por exemplo, uma descida de rating) como eventos relacionados com o mercado (por exemplo, iliquidez prolongada do mercado, desastres naturais ou outras catástrofes).

23.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de alterações nas variáveis de mercado, principalmente nas taxas de juro, poderem afetar o rendimento da instituição ou o justo valor dos seus instrumentos financeiros. Dada a natureza das operações da instituição, o risco de mercado decorre principalmente do risco de taxa de juro associado à sua carteira não de negociação.

A instituição não mantém uma carteira de negociação. Os seus ativos financeiros consistem principalmente em empréstimos e adiantamentos concedidos a funcionários públicos, os quais são classificados na carteira não de negociação e mensurados ao custo amortizado.

Gestão do risco de mercado

O principal risco de mercado a que a instituição está exposta é o risco de taxa de juro resultante das flutuações nas taxas de juro de mercado, que podem afetar os fluxos de caixa futuros ou o valor económico da sua carteira de crédito.

O risco de taxa de juro é monitorizado através de revisões periódicas das taxas de concessão de crédito, dos custos de financiamento e dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros. A gestão avalia o impacto potencial de alterações nas taxas de juro de mercado sobre a rentabilidade e a posição financeira global da instituição.

Tendo em conta que a carteira de crédito é predominantemente composta por empréstimos e adiantamentos a funcionários públicos, a instituição considera que a sua exposição ao risco de mercado é limitada e gerível no âmbito do seu quadro operacional normal.

Exposição ao risco de mercado – Carteira não de negociação

A carteira não de negociação é composta por empréstimos e adiantamentos a funcionários públicos. Estas exposições estão sujeitas principalmente ao risco de taxa de juro.

A gestão monitoriza regularmente a evolução das taxas de juro e avalia se as taxas de concessão de crédito permanecem adequadas à luz das condições de mercado, dos requisitos regulamentares e dos custos de financiamento.

23.4.1. Risco de taxa de juro

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de as alterações nas taxas de juro afectarem os fluxos de caixa futuros ou os justos valores dos instrumentos financeiros.

23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)

O Microbanco assume a exposição aos efeitos das flutuações dos níveis prevalecentes das taxas de juro do mercado sobre os seus riscos de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar em resultado de tais alterações, mas podem reduzir-se ou criar perdas no caso de surgirem movimentos inesperados.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro nos fluxos de caixa incluem empréstimos e adiantamentos a clientes. As taxas de juro aplicadas aos empréstimos e adiantamentos a clientes são taxas fixas.

23.4.2. Risco cambial

Microbanco assume a exposição aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio prevalecentes na sua posição financeira e fluxos de caixa. As taxas de câmbio face ao Metical utilizadas para a conversão dos Saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Dólar Americano	63.91	63.91

23.5. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de uma ampla variedade de causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Microbanco, bem como de fatores externos distintos dos riscos de crédito, mercado e liquidez, incluindo os decorrentes de requisitos legais e regulamentares e das normas geralmente aceites de conduta corporativa. Os riscos operacionais decorrem de todas as actividades do Microbanco.

O objetivo do Microbanco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar a prevenção de perdas financeiras e danos reputacionais com a relação custo-benefício global e a eficiência operacional. Em todos os casos, as políticas do Microbanco exigem o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O Conselho de Administração estabeleceu um Comité de Risco e Compliance, responsável pelo desenvolvimento e implementação de controlos destinados a mitigar o risco operacional. Esta responsabilidade é suportada pelo estabelecimento de normas e procedimentos para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas:

- adequada segregação de funções, incluindo a autorização independente de transações;
- reconciliação e monitorização de transações;
- conformidade com requisitos regulamentares e legais;
- documentação dos controlos e procedimentos;
- avaliação periódica dos riscos operacionais e da adequação dos controlos e procedimentos existentes para mitigar os riscos identificados;
- reporte de perdas operacionais e implementação de ações corretivas;
- desenvolvimento de planos de contingência e de continuidade do negócio;
- formação do pessoal e desenvolvimento profissional;

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

- observância de padrões éticos e de conduta empresarial;
- gestão dos riscos de tecnologia de informação e cibersegurança; e
- medidas de mitigação de risco, incluindo seguros, quando economicamente viáveis.

A conformidade com estas normas é suportada por revisões periódicas realizadas pela Auditoria Interna, cujos resultados são reportados ao Conselho de Administração e à gestão sénior.

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são apresentadas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente a todos os anos apresentados.

a) Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio média de fecho em vigor na data de relato e as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração de resultados do período a que se referem. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são registados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

b) Activos financeiros e passivos financeiros:

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O Microbanco reconhece inicialmente os empréstimos e adiantamentos a clientes na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Microbanco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo seu justo valor, acrescido, no caso de um elemento que não esteja ao abrigo do justo valor através de resultados, dos custos de transacção que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como mensurado ao: custo amortizado, JVORI (justo valor através de outro rendimento integral) ou JVAR (justo valor através dos resultados).

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como JVAR:

- o activo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é deter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são SPPI (apenas pagamentos de capital e juros).

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

ii. Classificação dos activos financeiros (continuação)

Um instrumento de dívida só é mensurado pelo JVORI se satisfizer ambas as condições que se seguem e não for designado como JVAR:

- o activo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Avaliação do modelo de negócio

O Microbanco faz uma avaliação do objetivo de um modelo de negócio em que um activo é detido a um nível de carteira porque este reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e a informação é fornecida à gestão. A informação considerada inclui:

- as políticas e objectivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da administração se centra na obtenção de rendimentos de juros contratuais, mantendo um determinado perfil de taxa de juro que faça corresponder a duração dos activos financeiros à duração dos passivos que financiam esses activos ou na realização de fluxos de caixa através da venda dos activos;
- a forma como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à administração do Microbanco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e os activos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a sua estratégia para a gestão desses riscos;
- a forma como os administradores do negócio são compensados (por exemplo, se a compensação se baseia no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais cobrados); e
- a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, as razões para essas vendas e as suas expectativas sobre a actividade de vendas futura. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o objetivo estabelecido pelo Microbanco para a gestão dos activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Os activos financeiros detidos para negociação ou geridos e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados ao JVAR porque não são detidos para receber fluxos de caixa contratuais nem detidos tanto para receber fluxos de caixa contratuais como para vender activos financeiros.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

ii. Classificação dos activos financeiros (continuação)

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a retribuição pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante do capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos do empréstimo (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como pela margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI, o Microbanco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que possa alterar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de modo que não atenda a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Microbanco considera:

- eventos contingentes que alterariam o montante e o calendário dos fluxos de caixa;
- alavancagem de recursos;
- Pré-pagamento e prorrogação de prazos;
- condições que limitam o crédito do Microbanco aos fluxos de caixa de determinados activos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e ainda
- características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juro).

O Microbanco detém uma carteira de empréstimos a taxa fixa de longo prazo para os quais o Microbanco tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódica. Esses direitos de redefinição são limitados à taxa de mercado no momento da revisão. Os mutuários têm a opção de aceitar a taxa revista ou resgatar o empréstimo ao par, sem penalização. O Microbanco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI porque a opção varia a taxa de juro de uma forma que é a consideração pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito, outros riscos básicos de concessão de empréstimos e os custos associados ao montante de capital em dívida.

Reclassificações

Os activos financeiros não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Microbanco alterar o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros.

Passivos financeiros

O Microbanco classifica os seus passivos financeiros com exceção das garantias financeiras e dos compromissos de empréstimo ao custo amortizado.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

iii. Desreconhecimento

Activos financeiros

O Microbanco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais numa transação em que substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Microbanco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro. No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada atribuída à parte do activo desreconhecido) e a soma de (i) a contrapartida recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido nos outros rendimentos integrais é reconhecido nos resultados.

Passivos financeiros

O Microbanco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são cumpridas, canceladas ou expiram.

iv. Modificações de activos financeiros e passivos financeiros

Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Microbanco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados como tendo expirado. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor mais quaisquer custos de transação elegíveis. Quaisquer comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas como se segue:

- as comissões que são consideradas na determinação do justo valor do novo activo e as comissões que representam o reembolso de custos de transação elegíveis são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- outras comissões são incluídas nos resultados como parte do ganho ou perda com o desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário se encontra em dificuldades financeiras, o objetivo da modificação é normalmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais e não originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Microbanco planear modificar um activo financeiro de uma forma que resulte no perdão dos fluxos de caixa, então considera primeiro se uma parte do activo deve ser amortizada antes de a modificação ter lugar (ver abaixo a política de amortização). Esta abordagem tem impacto no resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são normalmente cumpridos nesses casos.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

iv. Modificações de activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao JVORI não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Microbanco recalcula primeiro a quantia escriturada do activo financeiro usando a taxa de juro efectivo original do activo e reconhece o ajustamento resultante como um ganho ou perda de modificação na demonstração de resultados. Para activos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para refletir os termos de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos ou comissões incorridos e comissões recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados durante a maturidade remanescente do activo financeiro modificado.

Se essa modificação for efectuada devido a dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou perda é apresentado juntamente com as perdas por imparidade. Noutros casos, é apresentado como rendimento de juros calculado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Passivos financeiros

O Microbanco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre o quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida na demonstração dos resultados. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se existirem, e a assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado. Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Para passivos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para refletir os termos de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridos são reconhecidos como um ajustamento à quantia escriturada do passivo e amortizados durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado, recalculando a taxa de juro efectiva do instrumento.

v. Compensação

Os activos financeiros e os passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando e apenas quando o Microbanco tem em vigor um direito legalmente aplicável de compensar os montantes e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os rendimentos e os gastos são apresentados numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF ou para os ganhos e perdas resultantes de um Microbanco de transacções semelhantes, tais como na actividade de negociação de títulos dos Microbancos.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

vi. Mensuração do justo valor (continuação)

vi. Mensuração do justo valor

O “justo valor” é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago pela transferência de um passivo numa transação regular entre intervenientes do mercado à data da mensuração no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que o Microbanco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando existe um mercado disponível, o Microbanco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é considerado “activo” se as transacções relativas ao activo ou ao passivo tiverem lugar com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre os preços numa base contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Microbanco utiliza técnicas de avaliação que maximizam a utilização de dados observáveis relevantes e minimizam a utilização de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os intervenientes do mercado teriam em conta para determinar o preço de uma transação.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transação, ou seja, o justo valor da importância dada ou recebida. Se o Microbanco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço de transação e que o justo valor não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem com base numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são considerados insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor ajustado para deduzir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço de transação.

Subsequentemente, essa diferença é reconhecida na demonstração de resultados numa base apropriada durante a vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou de a transação ser concluída.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de compra e um preço de venda, o Microbanco mensura os activos e as posições longas a um preço de compra e os passivos e as posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e de passivos financeiros expostos ao risco de mercado e ao risco de crédito geridos pelo Microbanco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou ao risco de crédito são mensuradas com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para a exposição ao risco em causa. Os ajustamentos ao nível da carteira - por exemplo, ajustamentos *bid-ask* ou ajustamentos ao risco de crédito que reflectam a mensuração com base na exposição líquida - são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento ao risco relativo de cada um dos instrumentos individuais da carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com uma condição de à ordem (por exemplo, um depósito à ordem) não é inferior ao montante pagável à ordem descontado desde a primeira data em que o montante poderia ser exigido para ser pago.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

vii. Imparidades (continuação)

O Microbanco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do justo valor à data de relato em que ocorre a alteração.

vii. Imparidades

Ver também a Nota 6 A(iii)

O Microbanco reconhece perdas por imparidade nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao JVAR. O Microbanco não detém quaisquer instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAOI).

- activos financeiros que são instrumentos de dívida.

O Microbanco mensura as perdas por imparidades num montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento, exceto no que se refere ao seguinte, para o qual são mensuradas como perdas de crédito esperadas a 12 meses:

- títulos de investimento de dívida que se determinou terem um baixo risco de crédito à data de relato.

O Microbanco considera que um título de investimento de dívida tem um baixo risco de crédito quando a sua qualidade de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceite de “grau de investimento”. O Microbanco não aplica a isenção de baixo risco de crédito a qualquer outro instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas a 12 meses são a parte das perdas de crédito esperadas que resultam de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são prováveis nos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros relativamente aos quais é reconhecida uma perda de crédito esperada a 12 meses são referidos como “instrumentos financeiros do estágio 1”. As perdas de crédito esperadas ao longo da vida são as perdas de crédito esperadas que resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros relativamente aos quais é reconhecida uma perda de crédito esperada para toda a vida, mas que não estão em imparidade de crédito, são designados por “instrumentos financeiros do Estágio 2”.

Mensuração da PCE

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada da probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- activos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data de relato: como o valor presente de todos os desvios de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber);

- activos financeiros com imparidade de crédito à data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados;

- compromissos de financiamento não utilizados: como o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Microbanco se o compromisso for utilizado e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber; e

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

vii. Imparidades (continuação)

Activos financeiros em imparidade de crédito (continuação)

o contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar o titular menos quaisquer montantes que o Microbanco espera recuperar.

Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação sobre se o activo financeiro deve ser desreconhecido e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- o Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das défices dos fluxos de caixa do activo existente.
- o Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é tratado como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Esta quantia é incluída no cálculo dos défices dos fluxos de caixa do activo financeiro existente que são descontados desde a data esperada do desreconhecimento até à data de relato usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

Activos financeiros em imparidade de crédito

A cada data de relato, o Microbanco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito (referidos como “activos financeiros do Estágio 3”). Um activo financeiro está “em imparidade de crédito” quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro tenham ocorrido.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- o dificuldades financeiras significativas do mutuário ou do emitente;
- o uma violação do contrato, como um incumprimento ou um atraso no pagamento;
- o a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Microbanco em condições que o Microbanco não consideraria de outra forma;
- o torna-se provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado activo para um instrumento financeiro devido a dificuldades financeiras.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

b) Activos financeiros e passivos financeiros (continuação)

vii. Imparidades (continuação)

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido a uma deterioração da situação do mutuário é normalmente considerado como crédito em imparidade, exceto se houver provas de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais se reduziu significativamente e se não existirem outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo a retalho vencido há 90 dias ou mais é considerado como crédito em imparidade, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Apresentação das perdas de crédito esperadas na demonstração da posição financeira

As perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- activos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução da quantia bruta escriturada dos activos.

O Microbanco não detém quaisquer instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAOI).

Abates

Os empréstimos e títulos de dívida são saneados (parcial ou totalmente) quando não existe uma expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou numa parte do mesmo. É geralmente o caso quando o Microbanco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos a liquidação. Esta avaliação é efectuada ao nível de cada activo.

As recuperações de montantes anteriormente saneados são incluídas em “perdas por imparidade em instrumentos financeiros” na demonstração de resultados e nos outros rendimentos integrais. Os activos financeiros que são saneados podem ainda ser sujeitos a actividades de execução coerciva, a fim de cumprir os procedimentos do Microbanco para a recuperação de montantes devidos.

c) Juros

i. Taxa de juro efectiva

Os juros e rendimentos similares e Juros e gastos similares são reconhecidos na demonstração de resultados usando o método do juro efectiva. A “taxa de juro efectiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- a quantia escriturada do activo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

c) Juros (continuação)

ii. Custo amortizado e quantia escriturada

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos comprados ou originados com imparidade de crédito, o Microbanco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos financeiros comprados ou originados com imparidade de crédito, é calculada uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito utilizando fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos de transação e as comissões e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transação incluem custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

O “custo amortizado” de um activo financeiro ou de um passivo financeiro é a quantia pela qual o activo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na data de vencimento e, para os activos financeiros, ajustada para qualquer dedução de perda de crédito esperada. A “quantia escriturada de um activo financeiro” é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento para qualquer perda esperada de crédito.

iii. Calculo de juros e rendimentos similares e juros e gastos similares

A taxa de juro efectiva de um activo financeiro ou de um passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou de um passivo financeiro. No cálculo dos juros e rendimentos similares e juros e gastos similares, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada do activo (quando o activo não está em imparidade de crédito) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista em resultado da reestimativa periódica dos fluxos de caixa de instrumentos de taxa flutuante para refletir movimentos nas taxas de juro do mercado. A taxa de juro efectiva é também revista para os ajustamentos de cobertura de justo valor na data em que se inicia a amortização do ajustamento de cobertura.

No entanto, para os activos financeiros que se encontram em imparidade de crédito após o reconhecimento inicial, os juros e rendimento similares é calculado aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo já não estiver em imparidade de crédito, então o cálculo de juros e rendimentos similares se reverte para a base bruta.

Para os activos financeiros que estavam com imparidade de crédito no reconhecimento inicial, os juros e rendimentos similares é calculado aplicando a taxa de juro efectiva ajustada ao crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo dos juros e rendimentos similares não reverte para uma base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore. Para a informação sobre quando os activos financeiros estão em imparidade de crédito ver nota 24 b) iv.

Apresentação

Os juros e rendimentos similares Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efectivo apresentados na demonstração dos resultados e de outros rendimentos integrais incluem:

- juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

Juros e gastos similares apresentados na demonstração de resultados e de outros rendimentos integrais incluem: passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

d) Rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos com serviços e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva de um activo financeiro ou passivo financeiro são incluídos na taxa de juro efectiva.

d) Rendimentos de serviços e comissões (continuação)

Outros rendimentos com serviços e comissões são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são efectuados. Se não se espera que um compromisso de empréstimo resulte no saque de um empréstimo, então a respectiva comissão de compromisso de empréstimo é reconhecida numa base linear durante o período do compromisso.

Um contrato com um cliente que resulte num instrumento financeiro reconhecido nas demonstrações financeiras do Microbanco pode estar parcialmente no âmbito da NIRRF 9 e parcialmente no âmbito da NIRF 15. Se for esse o caso, o Microbanco aplica primeiro a NIRF 9 para separar e mensurar a parte do contrato que está no âmbito da NIRF 9 e depois aplica a NIRF 15 à parte remanescente.

e) Cash and cash equivalents

Caixa e os equivalentes de caixa, tal como referidos na demonstração dos fluxos de caixa, incluem dinheiro no banco.

f) Propriedade e equipamento

i. Reconhecimento e mensuração

Os elementos dos activos fixos tangíveis são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Se partes significativas de um item de activos fixos tangíveis tiverem vidas úteis diferentes, então são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de activos fixos tangíveis.

Qualquer ganho ou perda na alienação de um elemento do activo fixo tangível é reconhecido em outros rendimentos na demonstração de resultados.

ii. Custos subsequentes

Os custos subsequentes só são capitalizadas se for provável que os benefícios económicos futuros associados a esses custos fluam para o Microbanco. As reparações e a manutenção em curso são registadas como custos quando incorridas.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

i. Depreciação

As depreciações são calculadas para deduzir o custo dos activos fixos tangíveis menos os seus valores residuais estimados, utilizando o método das quotas constantes durante a sua vida útil estimada e são geralmente reconhecidas na demonstração de resultados.

A estimativa da vida útil dos activos fixos tangíveis para o período corrente e para os períodos comparativos é a seguinte:

	<u>Anos</u>
Equipamento informático	3
Mobiliário e acessórios	3
Equipamento de escritório	3
Viaturas	4

f) Propriedade e equipamento (continuação)

Para efeitos de determinação da quantia depreciável dos activos fixos tangíveis, o valor residual foi estimado como nulo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, se necessário.

g) Activos intangíveis

Marcas registadas e patentes

As marcas registadas e as patentes adquiridas pelo Microbanco são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com activos intangíveis só são capitalizadas quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros custos são registadas como gastos à medida que são incorridas.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes na demonstração de resultados ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para utilização. A vida útil estimada das marcas e patentes, bem como dos custos pré-incorporação, para o exercício corrente e o comparativo, é de dez anos, enquanto a do software é de cinco anos.

Os métodos de amortização, a vida útil e os valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, se necessário.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

h) Locações

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

A sociedade optou por não reconhecer activos de direito de uso e passivos de locação para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo. A sociedade reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como um gasto numa base linear durante o prazo da locação.

Como locador

O Microbanco não tem qualquer contrato de locação na qualidade de locador.

i) Imparidade de activos não financeiros

O Microbanco avalia, a cada data de relato ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contabilístico pode estar em imparidade, se existe uma indicação de que um activo não financeiro pode estar em imparidade. Se tal indicação existir ou se for necessário testar anualmente a imparidade de um activo, o Microbanco faz uma estimativa da quantia recuperável do activo. Quando a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) excede a sua quantia recuperável, o activo (ou unidade geradora de caixa) é considerado em imparidade e é reduzido à sua quantia recuperável.

i) Imparidade de activos não financeiros (continuação)

Em cada data de relato é feita uma avaliação para determinar se existe alguma indicação de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecidas possam já não existir ou possam ter diminuído. Se tal indicação existir, a quantia recuperável é estimada. Uma perda por imparidade anteriormente reconhecida só é revertida se tiver havido uma alteração nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do activo desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, a quantia escriturada do activo é aumentada para a sua quantia recuperável.

A reversão é limitada de forma a que a quantia escriturada do activo não exceda a sua quantia recuperável nem exceda a quantia escriturada que teria sido determinada líquida de depreciação se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida para o activo em anos anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, a menos que o activo seja escriturado por uma quantia revalorizada, caso em que a reversão é tratada como um aumento de revalorização.

j) Imposto sobre rendimento

i) Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto esperado a pagar ou a receber sobre o rendimento ou perda tributável do ano e qualquer ajustamento ao imposto a pagar ou a receber com respeito a anos anteriores. A quantia de imposto corrente a pagar ou a receber é a melhor estimativa da quantia de imposto que se espera que seja paga ou recebida e que reflecte a incerteza relacionada com os impostos sobre o rendimento, se existir. É mensurado utilizando as taxas de imposto decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato. O imposto corrente inclui também qualquer imposto resultante de dividendos. Os activos e passivos fiscais correntes são compensados apenas se forem cumpridos determinados critérios.

ii) Imposto diferido

Imposto diferido é reconhecido relativamente às diferenças temporárias entre as quantias escrituradas de activos e passivos para efeitos de relato financeiro e as quantias utilizadas para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transação que não seja uma concentração de negócios e que não afecte nem os lucros ou prejuízos contabilísticos nem os tributáveis;

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer um activo por impostos diferidos na totalidade, então os lucros tributáveis futuros ajustados para a reversão das diferenças temporárias existentes são considerados com base nos planos de negócio da Empresa. Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não é provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhora.

J) Imposto sobre rendimento (continuação)

ii) Imposto diferido (Continuação)

Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que se torne provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados. Os impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando estas se reverterem, usando as taxas de imposto decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato, e reflectem a incerteza relacionada com os impostos sobre o rendimento, se existirem.

A mensuração dos impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que decorreriam da forma como a Empresa espera, à data de relato, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados apenas se os seguintes critérios forem satisfeitos:

- a entidade tem o direito legalmente de compensar passivos e activos por impostos correntes; e os passivos e activos por impostos diferidos relacionam-se com impostos sobre o rendimento impostos pela mesma autoridade tributária quer sobre:
- a mesma entidade tributável; ou diferentes entidades tributáveis mas estas entidades pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou os seus activos e passivos por impostos serão realizados simultaneamente para cada período futuro em que estas diferenças se revertam.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS (CONTINUAÇÃO)

k) Benefícios dos empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações de contribuir para planos de benefícios definidos são registadas como gastos à medida que o respetivo serviço é prestado. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na medida em que esteja disponível um retorno em dinheiro ou uma redução no pagamento futuro.

A contribuição definida para o Sistema Nacional de Segurança Social é geralmente financiada por pagamentos dos trabalhadores (3% do salário bruto) e do Microbanco (4% do salário bruto). O Microbanco não tem mais obrigações de pagamento depois de as contribuições terem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como gastos com benefícios aos empregados quando são devidas.

Benefícios de curto prazo dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados são registados como gastos à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera que seja pago se a Empresa tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em resultado de serviços passados prestados pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

l) Capital social

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de acções ordinárias, líquidos de quaisquer efeitos fiscais, são reconhecidos como uma dedução ao capital próprio.

m) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” da demonstração da posição financeira inclui empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado. São inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos adicionais directos de transação e subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

25. REEXPRESSÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício de 2025, o MicroBanco identificou uma classificação incorreta dos custos diferidos de comissões pagas a agentes pela originação de empréstimos, bem como dos custos incorridos na emissão de obrigações corporativas, relativos aos exercícios de 2024 e 2023. Estes custos encontravam-se classificados em Outros ativos, em vez de serem apresentados em Empréstimos e adiantamentos a clientes e Títulos de dívida emitidos, respetivamente.

A Administração avaliou o montante total destes custos e concluiu que, em conformidade com a NIRF 9, tais custos devem ser alocados ao valor contabilístico dos ativos financeiros e passivos financeiros aos quais estão diretamente relacionados, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Consequentemente, foi efetuada a reclassificação apropriada.

Por conseguinte, conforme exigido pela NIC 8, o MicroBanco aplicou a reexpressão retrospectiva da seguinte forma:

- As demonstrações da posição financeira de 2024 e 2023 foram reexpressas para corrigir a classificação incorreta;
- A demonstração de fluxos de caixa de 2024 foi reexpressa para refletir os efeitos da reclassificação do balanço.

A demonstração de lucros ou prejuízos não foi reexpressa, uma vez que estes custos foram inicialmente reconhecidos na demonstração da posição financeira e não tiveram impacto inicial na demonstração de lucros ou prejuízos.

Os detalhes da reexpressão são apresentados abaixo:

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

25. REEXPRESSÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (CONTINUAÇÃO)
IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO MICROBANCO

	Como relatado anteriormente 2024 MT	Reexpressão 2024 MT	Reexpresso 2024 MT
Activos			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	55 618 173	6 729 148	62 347 321
Outros activos	15 156 140	(13 925 880)	1 230 260
Total de activos	85 870 755	(7 196 732)	78 674 024
Passivos			
Obrigações emitidas	24 410 625	(7 196 732)	17 213 893
Total do passivo	51 048 926	(7 196 732)	43 852 194
Total do passivo e capital próprio	85 870 755	(7 196 732)	78 674 023
	Como relatado anteriormente 1 de Janeiro de 2024 MT	Reexpressão 1 de Janeiro de 2024 MT	Reexpresso 1 de Janeiro de 2024 MT
Activos			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12 492 299	1 806 558	62 347 321
Outros activos	3 401 622	(1 806 558)	1 230 260

IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO MICROBANCO

	As previously reported 2024 MT	Restatement 2024 MT	Restated 2024 MT
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Custos de transação com títulos de dívida emitidos	-	1 811 911	1 811 911
<i>Varição do capital circulante:</i>			
Varição de empréstimos e adiantamentos a clientes e outros adiantamentos	(40 520 333)	(4 192 983)	(44 713 316)
Varição de outros activos	(11 754 518)	11 389 714	(364 804)
Fluxo de caixa utilizado nas actividades operacionais	(82 009 000)	9 008 642	(73 000 358)

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
25. REEXPRESSÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (CONTINUAÇÃO)
IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO MICROBANCO

Fluxo de caixa líquido utilizado nas actividades operacionais	(58 221 389)	8 228 591	(49 992 798)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Custos de transação pagos com títulos de dívida emitidos	-	(9 008 643)	(9 008 643)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de financiamento	59 685 952	(8 228 591)	51 457 361

26. CONTINUIDADE OPERACIONAL

Durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2025, o Microbanco registou um prejuízo de 56 465 304 MT (2024: prejuízo de 5 559 565 MT). O Rácio de Adequação de Capital (CAR) encontrava-se abaixo do requisito regulamentar mínimo de 8%, situando-se em 4.95% (2024: 13.41%), e o Microbanco registou fluxos de caixa operacionais negativos no montante de 583 682 945 MT (2024: 49 992 798 MT).

A redução do rácio, o prejuízo incorrido, bem como os fluxos de caixa operacionais negativos, resultaram essencialmente de fatores circunstanciais e estratégicos ocorridos durante o exercício de 2025, os quais são detalhados abaixo:

- **Estratégia de investimento e crescimento do negócio:** Enquanto 2024 esteve focado principalmente no regresso ao mercado após a atualização da licença, o exercício de 2025 foi caracterizado por uma mudança estratégica de foco para o aumento de volumes e da capacidade operacional, com vista a sustentar o crescimento de longo prazo do negócio. Neste contexto, o Microbanco acedeu a financiamento substancial de longo prazo através da emissão de Obrigações Corporativas e Papel Comercial no montante de 830 milhões e 17 milhões de meticais respectivamente, utilizado principalmente para expandir significativamente a carteira de crédito e criar uma base robusta de ativos geradores de caixa. À medida que os fundos obtidos através das obrigações foram sendo gradualmente desembolsados em empréstimos a clientes, os correspondentes Ativos Ponderados pelo Risco utilizados nas avaliações de risco de crédito também aumentaram, o que resultou em pressão temporária sobre os cálculos de adequação de capital e contribuiu para a redução do rácio no final do exercício.
- **Impacto financeiro dos custos associados às obrigações:** O financiamento obtido foi substancial e foi captado, em grande medida, numa única transação por volta de Julho de 2025, resultando em custos iniciais significativos, principalmente relacionados com comissões de captação de capital e juros a pagar sobre as Obrigações Corporativas. Estes custos começaram a ser reconhecidos imediatamente, enquanto o crescimento do rendimento de juros levou algum tempo, à medida que o Microbanco foi progressivamente aplicando os fundos captados ao longo do segundo semestre do ano. Este cenário, comum numa fase de expansão inicial (*greenfield expansion*), teve um impacto negativo temporário, mas material, na demonstração de lucros ou prejuízos do exercício, embora se espere que este efeito se reverta à medida que o rendimento ultrapasse os custos após a plena utilização do financiamento. Este negativo *carry* temporário na demonstração de lucros ou prejuízos durante grande parte do segundo semestre do ano foi um fator-chave que afetou negativamente os resultados líquidos do período.

SERVCRED MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

24. CONTINUIDADE OPERACIONAL (CONTINUAÇÃO)

- **Reforço da estrutura organizacional e investimentos operacionais:** O ano de 2025 foi igualmente marcado por um processo de recrutamento em larga escala e por investimentos operacionais significativos destinados a proporcionar uma base sólida para os objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Instituição. Embora essenciais para a sustentabilidade futura do Banco, estes investimentos aumentaram os custos operacionais iniciais no curto prazo e contribuíram para os prejuízos registados durante o exercício, para além do negative carry explicado acima. É importante notar que estes investimentos iniciais foram, em grande medida, concluídos e, sendo de natureza pontual, espera-se que as receitas incrementais futuras tenham um impacto positivo mais significativo na rentabilidade.
- **Impacto nos Capitais Próprios e no Rácio de Adequação de Capital:** O aumento dos Ativos Ponderados pelo Risco, combinado com os prejuízos contabilísticos incorridos durante o exercício, resultou numa deterioração dos Fundos Próprios Regulamentares, conduzindo ao rácio de adequação de capital adverso reportado no final do exercício.

Reconhecendo a importância do cumprimento dos rácios prudenciais, em 8 de Dezembro de 2025, os Acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de 34 842 000 MT, com o objetivo de restaurar a solidez financeira do Banco e assegurar o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital. O processo de aumento de capital foi submetido em 12 de Dezembro de 2025 e encontra-se atualmente pendente de aprovação pelo Banco de Moçambique, após o que será transferido para capital realizado e passará imediatamente a qualificar para inclusão no cálculo dos rácios prudenciais.

Adicionalmente, a Instituição dispõe atualmente de uma estrutura de custos amplamente fixa e estabilizada, resultante dos investimentos já realizados durante o exercício de 2025. Não são antecipadas alterações estruturais significativas nem impactos materiais adicionais na base de custos. Espera-se que as margens financeiras de todo o financiamento obtido após o final do exercício contribuam diretamente para a rentabilidade, uma vez que substancialmente todos os custos fixos já foram absorvidos.

Importa ainda referir que o Banco atingiu o seu ponto de equilíbrio em Janeiro de 2026 e, a partir desse momento, tem vindo a gerar lucros. Estão projetados resultados positivos para o exercício de 2026 e períodos subsequentes, os quais se espera que contribuam para o reforço sustentado dos fundos próprios (Capital Regulamentar) e dos rácios de solvabilidade. Adicionalmente, a Gestão preparou projeções financeiras cobrindo pelo menos 12 meses a partir da data de relato, demonstrando que a Sociedade deverá manter liquidez suficiente e cumprir os requisitos regulamentares de capital.

Adicionalmente, após o final do exercício, o Microbanco captou com sucesso financiamento adicional através de Obrigações Corporativas no montante de 375 milhões de meticais, o que demonstra a contínua confiança das partes interessadas na Instituição e reforça ainda mais a sua capacidade de expandir as operações, mantendo níveis adequados de liquidez.

Com base na avaliação acima, a Gestão concluiu que não existe qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco de continuar em continuidade operacional. Consequentemente, o Microbanco preparou as suas demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual presume que estarão disponíveis fundos para financiar as operações futuras e que a realização dos ativos e a liquidação dos passivos ocorrerão no decurso normal dos negócios.

SERVCREC MICROBANCO, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

25. Eventos subsequentes

Após o final do exercício, concretamente em 18 de março de 2026, o MicroBanco emitiu obrigações corporativas no montante de 375 milhões de Meticais, compostas por 3 750 000 obrigações registadas com um valor nominal de 100 Meticais por obrigação. As obrigações foram emitidas com uma taxa fixa anual de 17.50%, prazo de maturidade de 5 anos e pagamentos semestrais de cupão.

Este evento foi considerado um evento subsequente não ajustável, por se tratar de uma transação ocorrida após a data de relato e que não fornece evidência de condições que existiam em 31 de Dezembro de 2025.



Maputo
Av. Marginal Nº 9519, 2º Andar
(SUPER MARÉS SHOPPING)
Tel: +258 82 31 25 660
Email: nexia@nexia.co.mz
Web: www.nexia.co.mz

Matola
Av. Samora Machel Nº1217
Edifício Max Plaza, 5º Andar,
Cidade da Matola
Tel: +258 84 30 25 660
Web: www.nexia.com

Exmos Senhores Accionistas da ServCred Microbanco S.A.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em cumprimento das disposições estatutárias da instituição **ServCred Microbanco S.A.** (empresa) e das vigentes no Código Comercial nomeadamente o artigo 437, número 1, secção b) conjugado com a Lei 15/99, de 1 de Novembro, alterado pela lei 9/2004 de 21 de Julho, que regulam o funcionamento das instituições financeiras, o Fiscal Único analisou o processo de Contas, o relatório de gerência, bem como a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração e do relatório do auditor independente para o mesmo período para os quais ocorrem os seguintes comentários:

1) Perspectiva Económica

O Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique em 2025 enfrentou enormes desafios, com projecções indicando um crescimento moderado de cerca de 2,5% a 3,0%, segundo estimativas do FMI e do Ministério das Finanças. No entanto, a economia registou contrações trimestrais, com quedas de 0,9% no 2º trimestre e 0,85% no 3º trimestre, devido a tensões pós-eleitorais e impactos nos sectores secundário e terciário.

O FMI estima que em 2025, PIB Nominal de Moçambique tenha sido de US\$ 24,73 mil milhões, com um nível estimado de inflação de cerca de 7,0%. Os principais factores que Influenciaram o desempenho económico são a instabilidade política pós-eleitoral teve impacto negativo, afetando o consumo privado e o investimento; o desempenho moderado do Sector Extractivo, devido a dificuldades de produção e redução da demanda internacional; e o fraco desempenho dos sectores secundário e terciário, os mais afectados pela retração económica derivada pelas condições políticas e económicas do país.

Audit. Accounting. Tax. Advisory

© 2015 Nexia International Limited. All rights reserved.
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services. Nexia International is the leading firm of Nexia International Limited, a company registered in the Isle of Man. Company registration number 53513C. Registered office: 1st floor, Sixty Circular Road, Douglas, Isle of Man, IM1 3SA. The trademarks NEXIA INTERNATIONAL, NEXIA and the NEXIA logo are owned by Nexia International Limited. Nexia International and its member firms are not part of a worldwide partnership. Member firms of Nexia International are independently owned and operated. Nexia International does not accept any responsibility for the commission of any act, or omission to act by, or the liabilities of, any of its m.

1



2) Situação Financeira da empresa

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras do Servcred Microbanco S.A. que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios, as Notas e o resumo de políticas contabilísticas para o exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2025. As actividades comerciais no exercício económico de 2025 revelaram um crescimento em relação ao ano anterior, onde se destacam os seguintes indicadores:

- As demonstrações de Resultados da empresa, apresentam um volume de negócios (juros e rendimentos similares) de MZN 134.6 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 401.8 % em relação ao ano anterior (2024 com MZN 26.8 milhões). Os Juros e gastos similares, totalizam MZN 95.3 milhões, representando um aumento de 1975.5% comparativamente ao ano anterior (2024 com MZN 4.6 milhões).
- A margem financeira foi de MZN 39 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 77% comparativamente ao ano anterior com MZN 22 milhões.
- Foi reportado um resultado líquido negativo de MZN 56.5 milhões contra uma perda de MZN 5.5 milhões do ano anterior;
- Foram reportados activos que totalizam MZN 963.4 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 1022% em relação ao ano anterior (MZN 85.8 milhões), dos quais MZN 579.7 milhões (60% dos activos) representam a carteira de crédito; MZN 230.6 milhões de outros activos (24%) que é justificado pelas comissões diferidas que foram pagas mas não reconhecidas na demonstração de lucros ou prejuízos que aumentou de MZN 13.9 milhões em 2024 para MZN 229.3 milhões em 2025; MZN 9 milhões (1%) de activos tangíveis; MZN 2 milhões (<1%) de activos intangíveis; MZN 123 milhões (13%) de caixa e equivalentes de caixa.
- O passivo totaliza MZN 949.5 milhões, representando 99% do activo total, o que gera um aumento de 1760% em relação a 2024 (com MZN 51 milhões), e a principal razão deste aumento sendo o aumento das obrigações emitidas durante o período de MZN 24.4 milhões em 2024 para MZN 935.7 milhões em 2025. O valor sendo resultado dos títulos de dívida emitidos durante o ano acumulando a MZN 847 milhões, adicionando as despesas com juros de MZN 94.7 milhões, menos o pagamento de juros de MZN 30.4 milhões;

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D.C. M.', located in the bottom right corner of the page.



- A demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta um fluxo de caixa líquido derivado de actividades operacionais de MZN 738.8 milhões negativos (uma redução de cerca de 1169% em relação ao ano anterior com MZN 58 milhões negativos), um fluxo de caixa derivado das actividades de investimento de MZN 5.3 milhões negativos (alocados ao investimento em outros activos), um fluxo de caixa positivo derivado das actividades de financiamento de MZN 865.7 milhões, influenciado pelos recebimentos de títulos de dívida de accionistas, e outras obrigações emitidas.
- A Demonstração de Alterações de Capital Próprio apresenta um aumento do capital social e suplementar na ordem MZN 36.5 milhões, passando o capital social e suplementar para MZN 69.3 milhões. Porém, os Capitais Próprios Líquidos são de MZN 13.9 milhões (1% dos activos totais), devido ao impacto do prejuízo do exercício que ascende a MZN 56,5 milhões.

3) Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco

Durante o ano findo, o Conselho Fiscal adoptou procedimentos necessários para verificação da adequação e eficiência do sistema de controlo interno e de gestão do risco e de *compliance*. Acompanhou também, com base na informação fornecida pela Administração, o desenvolvimento das actividades e negócios da empresa, o cumprimento de normas, leis e requisitos exigidos pelas entidades reguladoras, bem como o registo das transacções contabilísticas e financeiras. A Gerência forneceu a informação e esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal. Verificamos que o Microbanco não se encontra em conformidade com os limites prudenciais mínimos estabelecidos pelo Banco de Moçambique, conforme o Aviso n.º 9/GBM/2017 – Regulamento de Rácios e Limites Prudenciais para Instituições de Crédito. Em particular, o Rácio de Solvabilidade apurado a 31 de Dezembro foi 4.95%, que se encontra abaixo dos níveis prudenciais exigidos pelo Regulador (o mínimo requerido é de 8%).

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JC' followed by a stylized flourish.



4) Análise do relatório do auditor Independente

O auditor independente analisou as demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2025 que incluem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios e as notas das demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas. O Auditor, como corrolário da sua análise emitiu uma opinião não qualificada.

5) Parecer

Face à análise do relatório e contas do Conselho de Administração, e em conjugação com a Opinião do Auditor independente, o Fiscal Único é de parecer que:

- As demonstrações financeiras do ano findo a 31 de Dezembro de 2025 e o relatório do Conselho de Administração são exactos e completos, e dão a conhecer fácil e claramente a situação patrimonial da empresa, cumprem com os indicadores prudenciais emanados pelo Regulador e satisfazem as disposições legais e estatutárias exceptuando o rácio de solvabilidade conforme detalhado no ponto 3.
- Pelo que, o Fiscal Único recomenda que os Accionistas aprovevem o Relatório e Contas relativos ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2025.

Maputo, 30 de Abril de 2026

O Fiscal Único


The stamp is rectangular with a blue border. It contains the Nexia logo (a stylized 'N' in a circle) followed by the word 'Nexia' in a bold, blue, sans-serif font. Below this, in a smaller blue font, it reads 'Audit • Accounting • Tax • Advisory' and 'Nuit: 400011575'.

Jeremias Cardoso Da Costa | Auditor Certificado | Licença Profissional No: 41/CA-OCAM/2012

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM CIRCULAR Nº3/SHC/2007

Servcred Microbanco, S.A.


Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Modelo III: Balanço - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Dezembro 2025			Ano Anterior (Reexpresso)	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido		
Activo						
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	-	-	4	
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	123 031	-	1 520	
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação					
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes*	13	679 457	8 197	62 347	
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura					
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	15	19 816	10 512	8 219	
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	16	3 772	1 053	3 102	
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	Activos por impostos correntes					
301	Activos por impostos diferidos	11,3	17 235	-	1 611	
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos*	13.1 & 14	2 058	-	1 869	
Total de activos*			845 369	19 762	825 606	78 674

- (1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.
 (2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.
 (3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

*Reexpresso, vide nota 25 para mais detalhes relacionados com a reexpressão.


 Contabilista Certificado
 C2 General


 Administrador Delegado

SERVCREC MICROBANCO. S.A.

Servcred Microbanco, S.A.

MODELO IV: Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		Notas	Dezembro 2025	Dezembro 2024
79 + 80	Juros e rendimentos similares	8	134 657	26 837
66 + 67	Juros e encargos similares	8	-95 326	-4 593
	Margem financeira		39 331	22 244
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81	Rendimentos com serviços e comissões	9	652	491
68	Encargos com serviços e comissões	9	-37 063	-1 812
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0	0
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		0	0
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0	0
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	10	-19	-1 540
	Produto bancário		-36 430	-2 861
70	Custos com pessoal	10	-23 824	-6 118
71	Gastos gerais administrativos	10	-39 695	-14 468
77	Amortizações do exercício	10	-4 652	-4 016
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		0	0
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6	-6 818	-438
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultados antes de impostos		-72 088	-5 657
	Impostos			
65	Correntes	11.3	0	0
74 - 86	Diferidos	11.3	15 623	97
640	Resultados após impostos		-56 465	-5 560
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			


 Contabilista Certificado
 C2 General


 Administrador Delegado